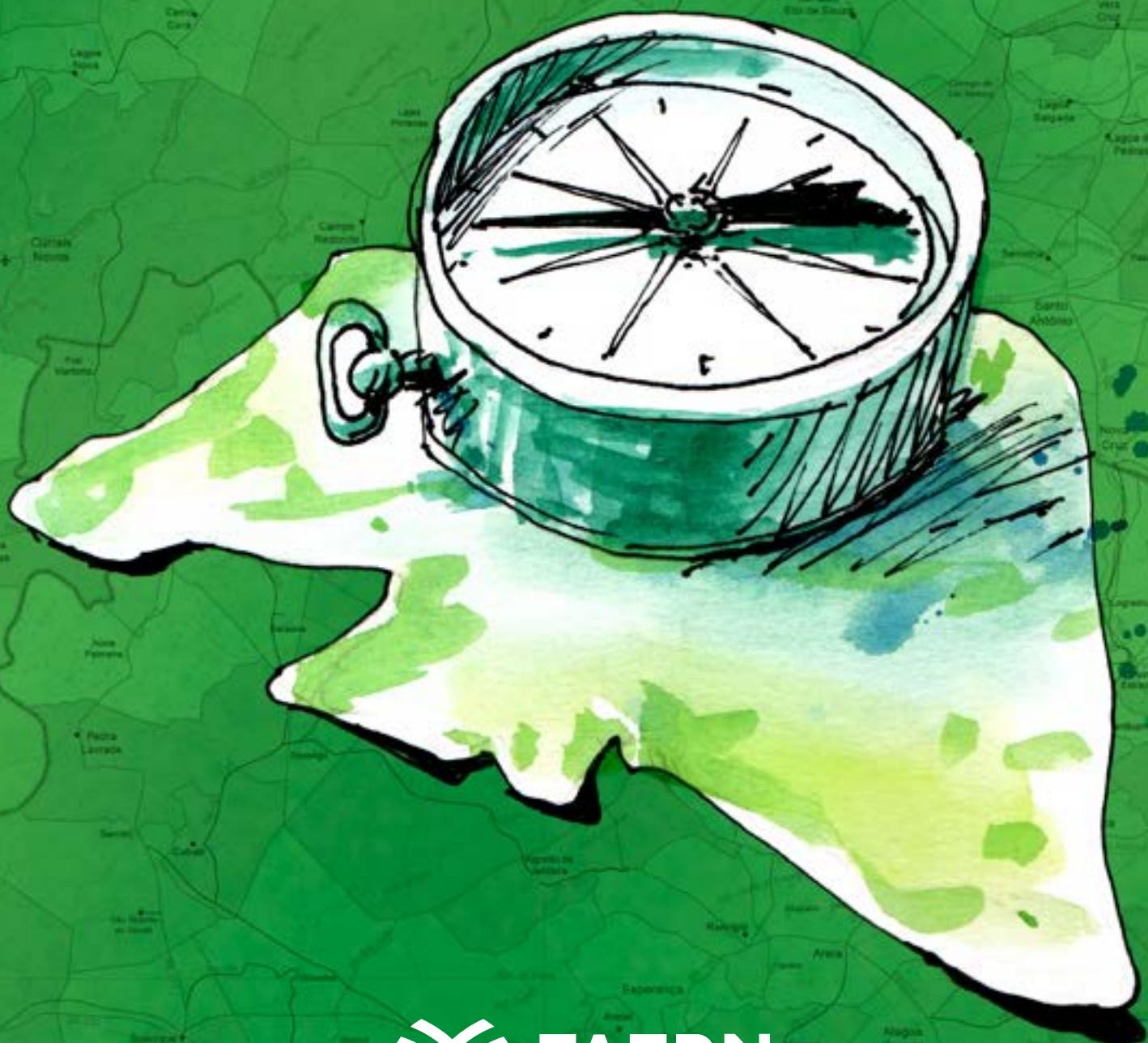


PROPOSTAS PARA A AGROPECUÁRIA POTIGUAR

2023 . 2026



FAERN

Federação da Agricultura, Pecuária
e Pesca - Rio Grande do Norte



Setembro de 2022

**DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E PESCA DO RIO GRANDE DO NORTE - FAERN**

DIRETORIA EXECUTIVA - TRIÊNIO 2021 - 2024

Presidente . JOSÉ ÁLVARES VIEIRA

1º Vice-Presidente . ANTONIO EVANDI DE SOUZA

Vice-Presidente Executivo . CÉSAR AUGUSTO DE MEDEIROS MARTINS

Vice-Presidente de Secretaria . JOSÉ CÍCERO DE OLIVEIRA

Vice-Presidente de Finanças . UBIRAJARA LOPES DE ARAÚJO FILHO

Vice-Presidente Regional . ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS

Vice-Presidente Regional . CARLOS ALBERTO FREIRE DA COSTA

Vice-Presidente Regional . LUIZ BENES LEOCÁDIO DE ARAÚJO

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS

EDUARDO GOMES BARRETO

MARIA EDILEUZA QUEIROZ DE AQUINO

GILDO GERALDO COSTA DE AZEVEDO

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

RUI LOPES DA SILVA

JOSÉ AZEVEDO LOPES

PETRONILO HEMETÉRIO FILHO

DELEGADOS REPRESENTANTES - EFETIVOS

JOSÉ ÁLVARES VIEIRA

ANTONIO EVANDI DE SOUZA

DELEGADOS REPRESENTANTES - SUPLENTES

UBIRAJARA LOPES DE ARAÚJO FILHO

LUIZ BENES LEOCÁDIO DE ARAÚJO

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

HENDERSON ABREU

LUIZ CLAUDIO SOUZA DE MACEDO

SERGIO PAGANINI MARTINS

**PROPOSTAS PARA
A AGROPECUÁRIA
POTIGUAR 2023 . 2026**

**FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA
E PESCA DO RIO GRANDE DO NORTE**

Rua Dom José Tomaz, 995
Tirol . Natal . RN . CEP 59022-250
faern@faern.com.br
+55 (84) 3342 0200

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL
José Álvares Vieira

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Laércio Eugênio

PROJETO GRÁFICO
Laércio Jr

FOTOS
Banco de Imagem CNA - Canal do Produtor
Cedidas

APOIO:



SUMÁRIO

CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS	11	3.2.9 - A agroindustrialização da produção leiteira	48
APRESENTAÇÃO	15	3.2.10 - A agroindustrialização da produção leiteira	50
1 - O RALLY DO AGRO DO RN	19	3.3 - Ovinocaprinocultura	51
2 - UMA CONSTATAÇÃO INICIAL: É PRECISO MELHORAR NOSSA INFRAESTRUTURA	27	3.4 - Apicultura pode voltar a ser importante para ocupação e renda	51
2.1 - Na situação atual as estradas devem ser prioridade	28	3.5 - A fruticultura é importante na geração de emprego e de divisas para o RN	52
2.2 - A adequação dos portos	29	3.5.1 - Fruticultura irrigada	55
2.3 - Outras infraestruturas	30	3.5.2 - Projeto Baixo Assú	55
2.3.1 - Energia	30	3.6 - Aquicultura, pesca e carcinicultura: potencial e oportunidades	56
2.3.2 - Telecomunicações	30	3.6.1 - A pesca industrial pode aumentar sua importância	56
2.4 - A infraestrutura hídrica é fundamental	31	3.6.2 - Pesca artesanal representa renda	58
2.4.1 - Projeto de Integração com a Bacia do Rio São Francisco - PISF	31	3.6.3 - O enorme potencial da carcinicultura	58
2.4.2 - Aproveitamento integral do potencial do PISF	32	4 - APROVEITAR O POTENCIAL DAS CADEIAS AGROPECUÁRIAS PARA DESCENTRALIZAR O DESENVOLVIMENTO DO RN: CRIAR UM PROGRAMA PARA FORTALECER OS APLS	61
3 - AS CADEIAS PRODUTIVAS QUE DESCENTRALIZAM E SUSTENTAM O DESENVOLVIMENTO NO RN	35	4.1 - Atrair investimentos é necessário	64
3.1 - A pecuária bovina de corte	36	4.1.1 - Apostar na diversificação de oportunidades	65
3.1.1 - O elo que falta na pecuária de corte: a agroindústria	37	4.1.2 - Inovar nos instrumentos e nas formas de ação	65
3.1.2 - Algumas propostas que trariam dinamismo para a pecuária local	37	4.2 - Atuar em múltiplas dimensões para desenvolver	65
<i>Revitalização dos abatedouros locais-regionais</i>	37	4.2.1 - Inclusão produtiva e sinergia de ações no rural	67
<i>Enquanto não há frigoríficos, adequar a tributação do transporte de animais</i>	39	4.2.2 - Tecnologia & Inovação para desenvolver	67
<i>Adequar o PROEDI para incentivar a economia potiguar</i>	39	4.3 - Melhorar o ambiente para os investimentos	67
3.2 - Pecuária leiteira	40	4.3.1 - Licenciamento ambiental e outorga d'água	68
3.2.1 - Reformular o sistema de produção para maior sustentabilidade	40	4.3.2 - Planos de gestão de águas	68
3.2.2 - A agroindustrialização da produção leiteira	41	4.4 - Articular e integrar com outras políticas públicas	69
3.2.3 - A agroindustrialização da produção leiteira	42	4.4.1 - Educação e formação profissional	69
<i>Na produção primária</i>	42	4.4.2 - Analfabetismo	70
<i>Na indústria</i>	42	4.4.3 - Formação profissional para desenvolver habilidades e competências no rural	70
3.2.4 - Avançar na formalização dos empreendimentos	42	5 - SEGURANÇA PÚBLICA	73
3.2.5 - A agroindustrialização da produção leiteira	44	6 - MODERNIZAR A INSTITUCIONALIDADE PARA AVANÇAR	77
3.2.6 - A agroindustrialização da produção leiteira	44	6.1 - valorizar a representatividade do setor	78
3.2.7 - A agroindustrialização da produção leiteira	46	6.1.1 - Adequar os instrumentos de fomento	78
3.2.8 - A agroindustrialização da produção leiteira	46	6.2 - Coordenar as instituições para desenvolver a agropecuária	79
		6.2.1 - Assistência técnica e extensão rural - ATER	79
		6.2.2 - Pesquisa e inovação	82
		6.2.3 - Defesa Agropecuária	84
		6.2.4 - Fundo de Defesa Agropecuária - FUNAGRO	85
		6.3 - Diversificar as ações para atender todos os públicos	85
		ANEXOS: CARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS CADEIAS DO AGRO DO RN	89



CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS

PROPOSTAS PARA
A AGROPECUÁRIA
POTIGUAR 2023 . 2026



CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS

As eleições para o executivo e legislativo do Rio Grande do Norte são a oportunidade que a sociedade tem para ampliar o debate sobre soluções e alternativas para os problemas que influenciam na produção rural. A discussão de propostas não é tarefa exclusiva dos partidos e candidatos, mas, de toda a sociedade, principalmente dos setores organizados.

A agropecuária possui uma agenda positiva para participar do desenvolvimento econômico, social e da efetiva melhoria da qualidade de vida dos potiguaras. A Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte sabe que a agropecuária desempenha papel fundamental na geografia econômica e social no nosso estado, formado por uma maioria de municípios com economia predominantemente rural.

A FAERN não poderia deixar de participar nesse debate e contribuir com propostas para que os candidatos ao governo possam, na construção de suas plataformas, conhecer os principais problemas e as soluções propostas do ponto de vista de quem faz o setor, que pela sua incomparável capilaridade é aquele que apresenta o maior número de ocupações para a população.

A exemplo do que foi feito na última eleição, a FAERN se dirige aos candidatos ao governo para apresentar a visão, as aspirações e as sugestões dos produtores que fazem o setor agropecuário no RN. Esse diálogo representa uma forma de contribuir com a construção de uma agenda que fortaleça a economia potiguar e aponte caminhos para uma convivência harmoniosa entre o setor produtivo e o poder público.

José Álvares Vieira
Presidente do Sistema FAERN/SENAR





APRESENTAÇÃO

PROPOSTAS PARA
A AGROPECUÁRIA
POTIGUAR 2023 . 2026



APRESENTAÇÃO

Este documento da FAERN sintetiza a visão e as expectativas dos produtores rurais na retomada da agropecuária e no reconhecimento da sua importância para a economia potiguar. Ele contempla a visão do setor, contribuições e sugestões concretas sobre pontos estratégicos para promover o desenvolvimento da agropecuária, para que possa continuar contribuindo com as ocupações, os empregos e a renda de mais de um terço da população economicamente ativa do estado. Nenhum outro setor tem condições de desempenhar esse papel e prover tantas ocupações, de forma capilarizada pelo estado.

A parte inicial deste documento está voltada para mostrar como a FAERN aprofundou o diálogo com aqueles que fazem a agropecuária potiguar, mediante a realização do Rally do Agro RN. O segundo capítulo contém as principais reivindicações do setor em termos de infraestrutura. A seção seguinte é um painel das diversas cadeias produtivas que fazem o agro potiguar, a realidade cotidiana vivenciada por cada segmento, as principais necessidades e reivindicações, com algumas proposições. O quarto capítulo apresenta as bases sobre as quais devem ser estruturadas ações de retomada do desenvolvimento da agropecuária potiguar, mediante a implementação de um programa que fortaleça os Arranjos Produtivos Locais e descentralize processos que levem dinamismo para todas as regiões do estado. A quinta seção se debruça sobre a questão da segurança no meio rural. O capítulo final trata dos ajustes que devem ser feitos na condução da institucionalidade que trata do rural potiguar.

Uma diferença em comparação com documentos anteriores é que o Rally do Agro RN permitiu aprofundar o conhecimento sobre as principais cadeias em diversas regiões do estado. A síntese das informações coletadas é apresentada nos

anexos deste relatório, possibilitando a caracterização das suas necessidades e a apresentação de sugestões para o desenvolvimento de cada um, nas diferentes regiões.

O setor tem consciência quanto às limitações de atuação do governo do estado e, justamente por isso, seu maior anseio é que nesse novo ciclo governamental, a gestão estadual seja capaz de fomentar parcerias para a criação de capital humano e social para, de forma objetiva, fomentar o desenvolvimento das cadeias, dando mais dinamismo para as economias locais. Isso pode ser feita com parcerias e inteligência, sem necessariamente mobilizar recursos volumosos, sabidamente pouco disponíveis. Trata-se de disposição política e capacidade de gestão para articular e integrar ações.

A todos que contribuíram com as discussões e debates, os agradecimentos da FAERN. Aos candidatos ao governo a certeza da nossa disposição permanente em contribuir para o fortalecimento da agropecuária no estado, capazes de realizar o debate e interlocução com o setor, de modo que estratégias possam ser discutidas, aprofundadas e implementadas.





1

O RALLY DO AGRO DO RN

PROPOSTAS PARA
A AGROPECUÁRIA
POTIGUAR 2023 . 2026

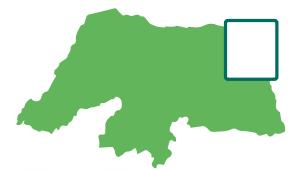
Para preparar este documento contendo propostas para a agropecuária potiguar a Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (FAERN) realizou o Rally do Agro do RN, estreitando laços com homens e mulheres que constroem a agropecuária potiguar diariamente. O rally representa uma oportunidade de construir um painel atualizado da agropecuária potiguar a partir do diálogo com aqueles que vivem o cotidiano da produção no campo, identificando os pontos fortes e os principais desafios enfrentados pelos produtores rurais no Rio Grande do Norte.

A realização do rally permitiu verificar in loco a situação atual da agricultura no Rio Grande do Norte, além de fortalecer o diálogo com as lideranças setoriais da agropecuária potiguar. Representou uma forma de coletar e sistematizar os aspectos mais relevantes a partir dos produtores e estruturar uma agenda de prioridades para a nossa agricultura.

Para esse trabalho foram criadas 11 (onze) rotas contemplando todas as atividades econômicas que fazem a agropecuária no estado, passando por todas as regiões e permitindo ter contato com realidades diferentes em cada um dos territórios. O resultado foi a coleta de um conjunto amplo de informações que permite aprofundar a compreensão da realidade e coletar subsídios que permitem estabelecer um diálogo qualificado com os candidatos sobre as principais reivindicações do setor. O conhecimento produzido é apresentado nas seções a seguir.



ROTA 01



Ceará Mirim > Pureza > Touros

Ceará Mirim

- Pecuária bovina
- Fruticultura

Pureza

- Cana-de-Açucar

Punaú

- Agricultura irrigada

Touros

- Fruticultura
- Agricultura irrigada



ROTA 02



Taipú > Jandaíra

Taipú

- Bovinocultura de Corte
- Bovinocultura de Leite
- Avicultura

Jandaíra

- Fruticultura
- Meliponicultura



ROTA 03



Lages > Santana do Matos
> Angicos

Lages

- Ovinocaprinocultura

Santana do Matos

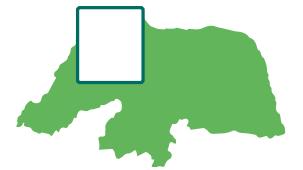
- Bovinocultura de leite

Angicos

- Ovinocaprinocultura



ROTA 05



Mossoró > Baraúnas > Upanema
> Areia branca

Mossoró

- Fruticultura Irrigada

Baraúnas

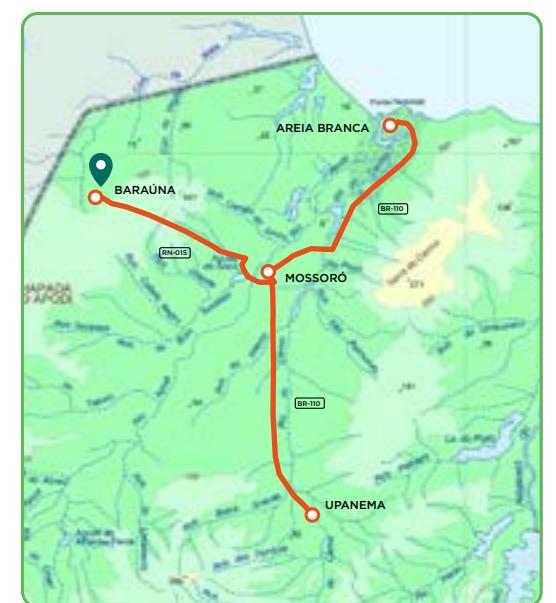
- Fruticultura irrigada

Upanema

- Bovinocultura de Leite
- Fruticultura irrigada

Areia Branca

- Pesca



ROTA 04



Ipanguaçu > Afonso Bezerra
> Alto do Rodrigues
> Pendências

Ipanguaçu

- Fruticultura Irrigada

Afonso Bezerra

- Fruticultura irrigada

Alto do Rodrigues

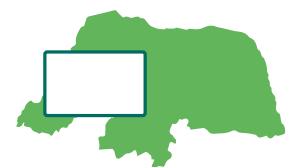
- Fruticultura irrigada

Pendências

- Carcinicultura



ROTA 06



Jucurutu > Apodi > Severiano Melo

Jucurutu

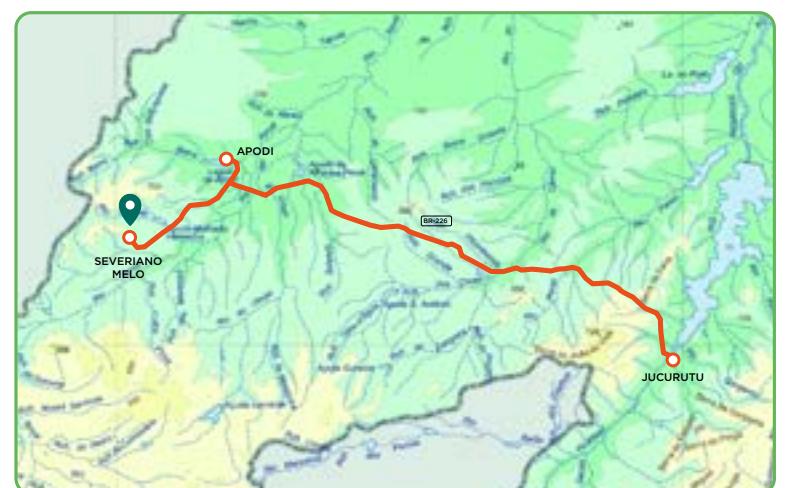
- Agroindústria de Leite

Apodi

- Complemento

Severiano Melo

- Fruticultura



ROTA 07



Arês > Goianinha

Arês

- Agroindústria de Cana-de-Açúcar

Goianinha

- Cana-de-Açúcar



ROTA 08



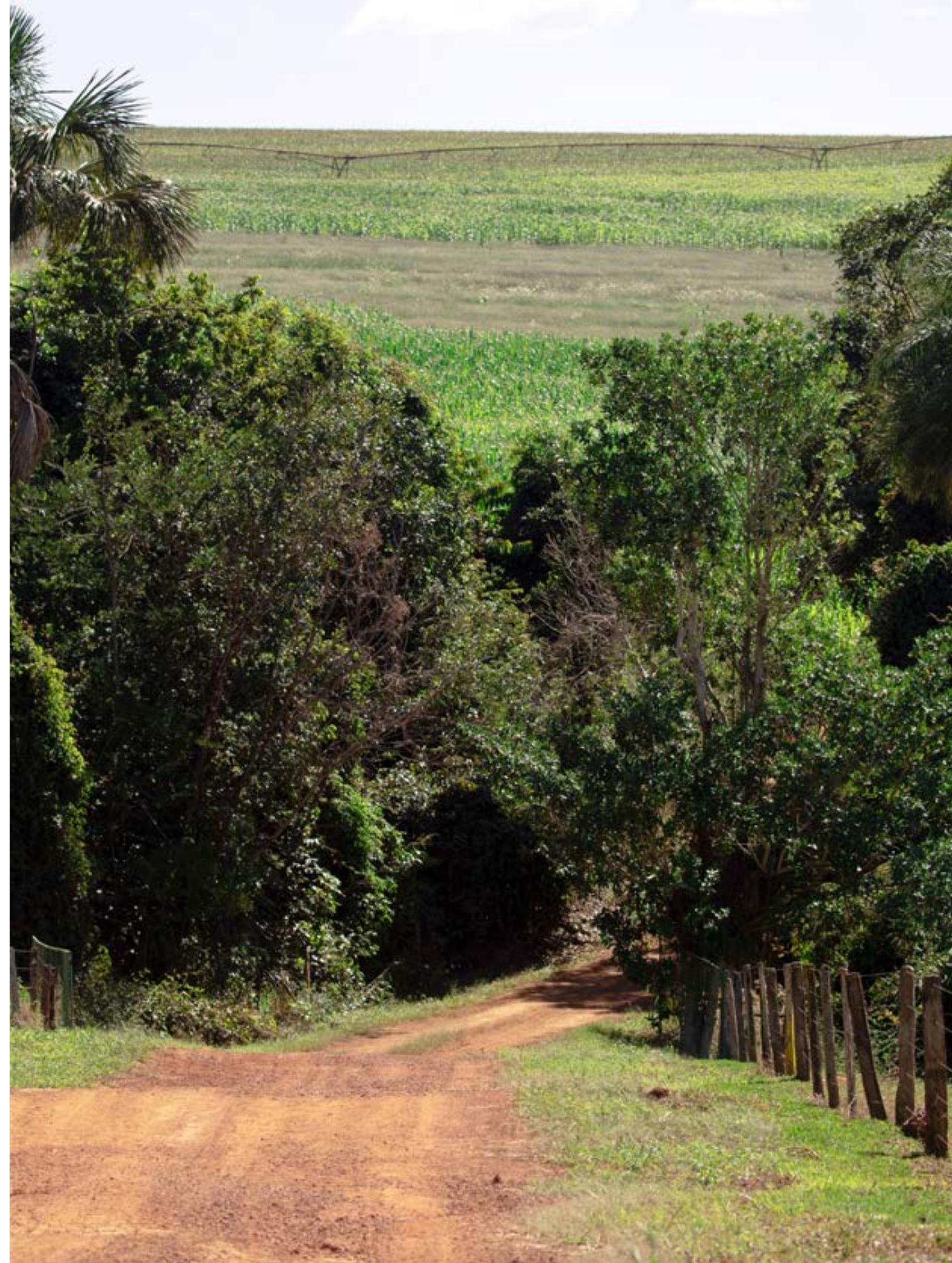
Santa Cruz > Lagoa Nova

Santa Cruz

- Avicultura

Lagoa Nova

- Fruticultura





2.

UMA CONSTATAÇÃO INICIAL: É PRECISO MELHORAR NOSSA INFRAESTRUTURA

PROPOSTAS PARA
A AGROPECUÁRIA
POTIGUAR 2023 . 2026

2.1 - NA SITUAÇÃO ATUAL AS ESTRADAS DEVEM SER PRIORIDADE

A primeira constatação que é feita por quem se dispõe a pegar a estrada e conhecer a realidade da agropecuária é que a infraestrutura do Rio Grande do Norte apresenta déficits importantes em termos da qualidade das rodovias. Devido à limitação de outros modais as estradas são utilizadas para grandes cargas e acabam deterioradas pelo excesso de fluxo de veículos e de peso.

De acordo com dados da Pesquisa CNT de Rodovias 2021¹ o estado geral das rodovias do RN apresenta a seguinte classificação: 13,1% péssimo; 11,2% ruim; 42,7% regular; 32,0% bom; 1% ótimo. Com relação às variáveis que envolvem a pavimentação, apenas 10,5% se encontram em perfeito estado, 68,9% estão desgastadas e 20,6% com trincas na malha e remendos. Quanto à geometria e segurança das nossas rodovias, 92,4% são de pista simples de mão dupla. A mesma pesquisa indicou a necessidade de quase R\$ 600 milhões para a realização de ações emergenciais e outros R\$ 500 milhões para obras de restauração.

A FAERN preconiza que é necessária uma ação de manutenção preventiva das rodovias estaduais, com o estabelecimento de um calendário no qual as ações de recuperação e conservação se antecipem ao escoamento da safra, ou seja, a manutenção das estradas do litoral deve ocorrer antes da safra de cana-de-açúcar, as estradas da região de Baraúnas, Mossoró, Apodi e Assú devem passar por manutenção antes da safra do melão e outras frutas.

Para o escoamento da produção agropecuária é de grande importância as estradas vicinais, o que remete a necessidade da criação de um programa para a melhoria destas. Isso deve ser realizado necessariamente mediante cooperação do governo do estado com os municípios (muitos dos quais equipados com o maquinário para empreender ações de manutenção). Essa questão é sensível, por exemplo, no polo frutícola do Apodi, onde muitos trechos de vicinais dificultam o transporte dos contêineres até as áreas produtoras. Além disso, também há limitação no transporte das propriedades até os portos mais próximos, como Pecém, principalmente nos trechos sob jurisdição do RN.

1. Dados da pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte - CNT disponível em <https://www.pesquisarodovias.cnt.org.br/painel>. Consulta realizada em 12/08/2022.

2.2 - A ADEQUAÇÃO DOS PORTOS

O Rio Grande do Norte conta com três portos marítimos, sendo um deles para cargas gerais e dois deles dedicados a produtos específicos. O Porto de Natal é utilizado para cargas gerais, mas principalmente para a exportação de frutas (que representa 60% do movimento do porto), pescados e rochas (quartzitos) e cabotagem de cargas em contêineres. Sua capacidade de movimentação de cargas é de apenas 1 milhão de toneladas/ano, além de possuir o terminal de passageiros. Areia Branca é um porto offshore especializado no escoamento do sal marinho produzido no noroeste do estado e o Porto de Guamaré serve como ponto de armazenagem e escoamento da produção de petróleo oriundo dos campos de terra do RN.

Dada essa configuração, o setor agropecuário se ressente de condições de embarque de produtos com distâncias de transporte convenientes ou viáveis, tendo que operar em portos de outros estados. Considerados os volumes de embarque de frutas e outros produtos da agropecuária local é muito importante que a discussão de uma proposta conte com a participação do setor, de modo que a proposta de construção de um novo porto no noroeste do estado (Porto do Mangue) considere a viabilização do escoamento da produção de frutas, superando os atuais entraves enfrentados na competição com portos vizinhos.



2.3 - OUTRAS INFRAESTRUTURAS

Não é só em termos da qualidade das rodovias que a infraestrutura do Rio Grande do Norte apresenta déficits importantes. Áreas como energia, telecomunicações e saneamento estão bastante aquém das necessidades para impulsionar o crescimento esperado da agropecuária.

2.3.1 - Energia

A oferta de energia se constitui num dos pontos fortes para o desenvolvimento da agropecuária do RN. A Cosern que em 2017 ocupava o 11º lugar no ranking da continuidade do serviço com um DGC (indicador de desempenho global de continuidade)² de 0,81, evoluiu para o terceiro lugar em 2020 com um DGC de 0,62 e no último ano de 2021 assumiu o primeiro lugar no ranking, com o mais baixo DGC (0,48) dentre todas as empresas que atuam na distribuição de energia elétrica, ou seja, isso significa a menor duração da interrupção do fornecimento em relação a frequência da interrupção. Apesar desse bom desempenho, é importante salientar que os piores valores de DEC e FEC da COSERN se localizam justamente no interior do RN, causando transtornos a agropecuária, sobretudo por deficiência nas redes, e necessidade de reforço nas subestações, também permanecem algumas questões a serem equacionadas com relação à agricultura, que se referem a burocracia estabelecida recentemente para a concessão do benefício do irrigante aos produtores rurais, ao custo da energia e à flexibilização de horários de tarifa reduzida para a agricultura irrigada.

2. Consiste na média aritmética simples das razões entre os valores apurados e limites anuais de dois indicadores globais das distribuidoras: 1 - DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - Tempo que, em média, no período de observação, cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica e 2 - FEC - Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - Número de interrupções ocorridas, em média, no período de observação.

2.3.2 - Telecomunicações

As telecomunicações são cada vez mais importantes na agropecuária, sendo necessário ampliar o acesso à internet nos estabelecimentos rurais. Nos últimos anos, o crescimento da conectividade foi bastante limitado, o que compromete o acesso à internet móvel nas áreas rurais, em parte em razão da lenta expansão do número de antenas. Para que seja possível avançar com o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) pela agropecuária potiguar, contribuindo para a sua mais rápida modernização, é preciso buscar a ampliação da cobertura de telefonia móvel e a melhoria do sinal de internet no meio rural.

2.4 - A INFRAESTRUTURA HÍDRICA É FUNDAMENTAL

A expansão da nossa produção agropecuária está profundamente atrelada à questão hídrica e a disponibilidade de água para as áreas irrigadas, bem como promover a dessedentação animal. Outro aspecto de fundamental importância é a questão da integração das bacias hidrográficas potiguares com a bacia do Rio São Francisco, obras estruturais que podem garantir maior segurança hídrica.

O conceito de segurança hídrica contempla 4 dimensões: a existência de infraestrutura que garanta o acesso à água tanto para abastecimento humano quanto para desenvolvimento de atividades econômicas (dimensões humana e econômica), a capacidade do território em lidar com os eventos hidrológicos extremos (dimensão resiliência), e a adequada qualidade da água para o meio ambiente e demais usos (dimensão ecossistêmica). Para mudar a vida dos agricultores para melhor é preciso assegurar que as 4 dimensões da segurança hídrica possam ser estendidas satisfatoriamente para um número cada vez maior de pessoas no Rio Grande do Norte. Para que isso ocorra é necessário aprimorar a gestão hídrica, modernizando os instrumentos e promovendo a responsabilização e a participação de todos os atores envolvidos no processo, além da melhoria da infraestrutura física e do apoio às estratégias de convivência nas propriedades (cisternas, água para produção, barragens subterrâneas, etc.) que auxiliam muito os produtores na compreensão de como podem realizar a melhor gestão da água nas suas propriedades.

O poder público deve ser o grande financiador do acesso a água, afinal trata-se de atender um direito humano essencial para a segurança alimentar da população, que é previsto na Constituição Federal, que é o direito humano à alimentação adequada. O atendimento a esse direito é essencial para toda a população.

2.4.1 - Projeto de Integração com a Bacia do Rio São Francisco - PISF

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF no RN criou sinergia hídrica com as águas dos grandes reservatórios da região e, com isto, possibilita uma maior utilização desses mananciais, proporcionando maior garantia de oferta hídrica para o uso humano e aos produtores beneficiados com o acesso a essas águas. Segurança hídrica é fundamental para a produção agropecuária.

É importante esclarecer que as águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) chegaram ao RN pelo Eixo Norte em duas entradas: pelo Rio

Piranhas-Assú que assim será perenizado (com represamento nas barragens de Oiticica e Armando Ribeiro Gonçalves); e, pela bacia do Rio Apodi, mediante o Canal do Apodi, com extensão de 115,37 km, com início no Reservatório Caiçara/PB e término no Rio Apodi/RN. A viabilização dessas obras é de fundamental importância para o atendimento da população e da agropecuária do estado. O Canal do Apodi foi licitado neste ano de 2022. Trata-se de uma obra que irá possibilitar o aproveitamento de uma área de grande potencial produtivo, que vai contribuir para o desenvolvimento da nossa produção, gerando emprego, ocupação e renda.

2.4.2 - Aproveitamento integral do potencial do PISF

Para ampliar os benefícios e o potencial da transposição é muito importante projetar e implantar obras que possibilitem a distribuição das águas aduzidas nos seus territórios, como fizeram Pernambuco, Ceará e Paraíba (com financiamento da União que assumiu esse compromisso no Decreto 5.995/2006). As mais importantes infraestruturas hídricas para o RN, neste momento, se referem a construção do canal de aproximação que permitirá a entrada das águas do São Francisco pelo rio Piranhas – Assú e a própria Barragem de Oiticica que servirá como pulmão para a interligação de outras bacias na região do Seridó, trazendo segurança hídrica e desenvolvimento pelo fomento da agropecuária.

Um projeto para integrar o PISF com outras bacias hidrográficas é o Canal Piranhas - Maxaranguape, com 245 km de extensão desde a captação na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves até a desembocadura no Rio Maxaranguape. Esse projeto apresenta grande potencial para o desenvolvimento de um programa de agricultura irrigada no RN, aproveitando as oportunidades que existem na fronteira agrícola remanescente no estado que é a região do Mato Grande. Esse projeto poderia irrigar cerca de 25 mil hectares de terras para produção, trazendo grande impacto para a nossa economia.





3.

AS CADEIAS PRODUTIVAS QUE DESCENTRALIZAM E SUSTENTAM O DESENVOLVIMENTO NO RN

PROPOSTAS PARA
A AGROPECUÁRIA
POTIGUAR 2023 . 2026

O RN possui importantes vantagens comparativas, como a disponibilidade de grandes extensões de terras com custo relativamente baixo, calor, luminosidade, umidade e regimes hídricos diferenciados, capaz de comportar diferentes sistemas produtivos. Essa diversidade de condições se reflete na nossa agricultura, ao mesmo tempo que a exposição desses diferenciais é fator de atração, por exemplo, de várias empresas para atuar na fruticultura irrigada, principalmente, mas também, noutras cadeias.

As rotas do rally levaram a visitar propriedades representativas, quer pela atividade que praticam, quer pelo potencial para ser fator indutor de mudanças, capazes de contribuir para o desenvolvimento local. Assim, uma síntese do que de mais substancial pode ser apurado nas cadeias produtivas relevantes em regiões específicas do território potiguar é apresentada em 2 quadros que fazem parte dos anexos deste documento.

O momento atual da agropecuária do RN exige visão estratégica sobre os caminhos para o seu desenvolvimento. As condições de solo, clima, relevo e disponibilidade de recursos hídricos associada ao conhecimento das necessidades das principais cadeias produtivas, dos rumos para o desenvolvimento da produção em muitos arranjos produtivos e das possibilidades de mobilização de investimentos são fatores a serem ponderados para orientar os caminhos que podem levar a retomada do crescimento pela agropecuária no estado.

A seguir são apresentadas as questões mais relevantes de algumas cadeias produtivas de destaque.

3.1 - A PECUÁRIA BOVINA DE CORTE

A atividade pecuária é de fundamental importância para a dinâmica econômica do Rio Grande do Norte, pela geração de riquezas que promove, pelos empregos e ocupações que gera, além das múltiplas funções que cumpre na permanência dos pequenos produtores no meio rural, principalmente. Para que essa atividade possa continuar desempenhando tais funções de grande significado econômico e social, é essencial realizar o enfrentamento de algumas questões que influenciam seu desempenho. O Rally do Agro RN constatou in loco a pecuária bovina de corte na região Agreste.

No RN podem ser identificados esforços no sentido de estruturar arranjos produtivos relacionados à bovinocultura de corte, em condições competitivas de mercado, com grande diversidade de sistemas produtivos e atividades complementares, como a produção de suporte forrageiro, para apoiar os

sistemas produtivos do semiárido. Dada a diversidade de condições do litoral, agreste e semiárido as áreas ocupadas pela pecuária buscam se adequar tecnologicamente as condições climáticas existentes. Nesse contexto, podem emergir experiências de aproveitamento de água de reuso para a irrigação pode complementar as condições de viabilidade necessárias.

O apoio aos processos de fortalecimento de APLs da pecuária de corte em regiões diversas do estado representa uma urgência para o desenvolvimento do estado, cabendo ao governo o papel de se tornar seu principal indutor, minimizando a exposição dos investidores aos riscos e contribuindo nos limites de suas possibilidades com recursos e demais incentivos que possam ser disponibilizados, criando mecanismos de subsídios capazes de estimular o crescimento das cadeias produtivas de interesse, ao invés de estimular a perda de divisas do estado pela importação de alimentos para consumo interno, como ocorre atualmente.

3.1.1 - O elo que falta na pecuária de corte: a agroindústria

Do mesmo modo que se verifica em outras cadeias o maior obstáculo ao crescimento da pecuária de corte está no elo agroindustrial. É necessário colocar em operação um matadouro industrial, bem como promover a adequação do funcionamento e da gestão dos matadouros municipais existentes e que não estão em operação atualmente. Com isso seria possível atribuir maior significado econômico para a atividade, valorizando a genética de qualidade existente e favorecendo a atuação inclusive dos pequenos produtores que encontram nessa pecuária sua forma de permanecer no meio rural.

Existe a possibilidade de desenvolver mecanismos de integração na cadeia pecuária, a exemplo do que ocorre com suínos e aves. O importante é que haja mecanismos de regulação de modo que a divisão dos ganhos da atividade tenha repartição justa entre os diferentes elos. O estado pode analisar possibilidades de direcionamento de seus incentivos para estimular e fortalecer essa modalidade

3.1.2 - Algumas propostas que trariam dinamismo para a pecuária local

Revitalização dos abatedouros locais/regionais

É relevante considerar que, em muitas localidades do RN, a produção pecuária não dispõe de um frigorífico instalado nas proximidades ou mesmo de qualquer unidade industrial para abater os animais e abastecer o mercado local. Por outro lado, nas últimas décadas foram instaladas muitas unidades de abatedouros ou frigoríficos que podem cumprir relevante papel no abastecimento de carnes do estado, desde que sejam adequadamente operacionalizados e haja convergência

de forças e interesses locais, atendendo a exigências sanitárias e ambientais. Deve-se considerar que muitas localidades que não são adequadamente abastecidas pelos grandes frigoríficos ficam mais vulneráveis aos riscos sanitários decorrentes do abate clandestino.

Assim, a realização de avaliação prévia da viabilidade, quanto à suficiência de rebanho, demanda e capacidade de abate, bem como da disponibilidade de defesa sanitária para realizar a inspeção e de linhas de financiamento para os investimentos requeridos, além da comprovação de capacidade de gestão podem definir o atendimento aos requisitos para recuperar e viabilizar o funcionamento de várias dessas unidades industriais existentes. Neste sentido, uma ação coordenada por parte do governo do estado visando estruturar adequadamente essa rede de abatedouros pode contribuir de modo importante para a melhoria da pecuária de corte no estado.

Estudar a possibilidade de estruturar parceria público-privada (PPP) ou consórcios intermunicipais para diluição de riscos e ampliação de capacidades para o bom funcionamento de abatedouros e frigoríficos municipais. Neste sentido, pode-se pensar em estruturar uma proposta capaz de mobilizar os segmentos da produção, indústria e comércio atacadista e varejista, potenciais interessados no funcionamento de abatedouros locais, desde que demonstrada a viabilidade econômica, capacidade de gestão e atendimento aos requisitos ambientais e sanitários para apoiar a recuperação de unidades existentes.



Enquanto não há frigoríficos, adequar a tributação do transporte de animais

Enquanto não há uma estrutura adequada para o abate de animais no estado e os produtores são obrigados a enviar seus animais para estados vizinhos, a proposta é que seja feita uma redução significativa na alíquota de ICMS cobrada no envio de animais para abate nos estados da Paraíba e Pernambuco. Isso pelo menos até que ocorra a instalação de uma unidade industrial de abate e processamento de carne no estado. Essa solicitação está amparada na constatação de que atualmente boa parte do rebanho é abatida em frigoríficos situados nesses estados e a taxação existente atualmente onera os pecuaristas, que sequer dispõem de outras opções para o abate de seu rebanho, dentro do próprio estado. A FAERN acompanha a reforma de uma unidade industrial de abate em Ceará-Mirim e tem conhecimento da tramitação de uma solicitação de licenciamento ambiental junto ao Idema para o funcionamento de outra unidade em Ielmo Marinho, o que permite vislumbrar para breve o funcionamento de novas unidades de abate no estado.

Adequar o PROEDI para incentivar a economia potiguar

Enquanto não há uma estrutura adequada para o abate de animais no estado A proposta é que as empresas que recebem os benefícios do regime tributário especial instituído pelo PROEDI para fazer o processamento de carnes tenham como contrapartida a obrigação de adquirir ao menos uma parte da matéria-prima que utiliza da produção potiguar. Atualmente existem mais de uma dezena de empresas que usufruem desses benefícios e não fazem qualquer aquisição da produção local, operando como meras fracionadoras e embaladoras (contrariando inclusive o que está previsto na legislação, de que essas atividades não devem ser beneficiárias do PROEDI), ou seja, no contexto atual, um estado pobre como o RN concede benefícios para que empresas façam remessa de seus recursos para outros estados.

A definição de percentual de aquisição obrigatória de carne da produção potiguar (para fazer jus aos benefícios do PROEDI) poderá ser feita considerando o volume que as empresas adquirem fora do estado e a disponibilidade de produção local, de modo a não comprometer o abastecimento ou prejudicar o consumidor. A adoção dessa proposta pode estimular mecanismos de integração e promover a retomada paulatina da atividade em regiões do estado que reúnem condições edafoclimáticas para isso.

3.2 - PECUÁRIA LEITEIRA

No sistema de produção de leite no RN predomina a baixa rentabilidade. A pecuária não pode ser considerada, de modo geral, especializada na produção leiteira, pois há grande heterogeneidade dos rebanhos e variabilidade nos sistemas de produção, com ocorrência localizada e pontual de uma produção mais tecnificada. Predominam os sistemas de baixo nível tecnológico e limitada produtividade, caracterizando uma pecuária essencialmente extrativista. Poucas propriedades voltadas para a produção leiteira podem ser classificadas como especializadas e eficientes.

A redução do número de estabelecimentos que atuam na produção de leite ocorre não apenas na pecuária local, mas em todo o país. Considerados os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, no RN em média cada estabelecimento produtor de leite ordenha cerca de 5 animais e retira pouco mais de 6 litros por vaca. Isso significa uma produção de menos de 50 litros de leite ao dia, gerando uma renda média de menos de R\$ 10 mil ao ano para cada estabelecimento, o que não viabiliza a permanência do produtor na atividade.

O Rally visitou a pecuária de leite no Médio Oeste Potiguar e pode constatar alguns gargalos que afetam a cadeia no RN, tais como a desorganização, desunião e baixo grau de coordenação entre os diversos agentes do setor. Há necessidade de buscar a mudança cultural na cadeia produtiva, passando a ter um foco prioritário na qualidade do leite e superando a visão dos diferentes atores como adversários, para que se tornem parceiros, num processo de apoio mútuo e de estruturação de um cluster capaz de produzir com mais qualidade e rentabilidade, onde todos ganham. Com mais ação coordenada será possível que a cadeia potencialize sua maior virtude como geradora de emprego e renda.

3.2.1 - Reformular o sistema de produção para maior sustentabilidade

Os sistemas de produção leiteira no estado apresentam importantes vulnerabilidades, destacando-se a deficiência na produção de alimentos ricos em proteína para alimentar os animais (poucos agricultores possuem bancos de proteína formados a partir de plantas leguminosas como a leucena e a gliricídia). Além disso, há forte dependência de insumos externos à propriedade, principalmente a ração para alimentação do gado no período seco. Visando superar essa limitação a Embrapa tem desenvolvido alternativas, como a utilização de um sistema agrosilvopastoril para reduzir a dependência de insumos externos pelos produtores na região nordeste. Nesse sistema há uma integração entre a produção de pastagens cultivadas (com capins mais resistentes às condições climáticas locais), bancos de proteína (compostos por leucena e gliricídia consorciadas com milho e/ou feijão), áreas de palma forrageira e áreas reflorestadas (com sabiá, principalmente) e cercas vivas forrageiras

(com gliricídia). As tecnologias apontadas podem contribuir para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas de produção, desde que alguns empecilhos sejam superados, tais como a sua validação em condições de produção, envolvendo os produtores como multiplicadores da tecnologia.

3.2.2 - A agroindustrialização da produção leiteira

O Rally pode verificar in loco a situação da agroindústria do leite nas regiões do Mato Grande, Metropolitana e do Seridó, constatando que o processamento da produção leiteira no RN passou por importante expansão de 2015 a 2019, reduzindo significativamente a informalidade. Os dados do IBGE indicam que a industrialização do leite no RN cresceu de 10.318 litros/dia (1º trimestre de 2016) para 20.459 litros/dia (no 4º trimestre de 2019). Desde então, vem ocorrendo queda no volume processado, chegando a 16.792 (no primeiro trimestre de 2022), mas essas oscilações são verificadas no país, de modo geral, podendo ser creditadas às questões conjunturais, tais como períodos de safra e entressafra, mais que aspectos estruturais. De modo geral, é possível afirmar que as menores unidades de processamento são aquelas que apresentam maiores fragilidades dos seus sistemas de produção, tanto nos aspectos sanitários, de infraestrutura e gestão, quanto ambientais. Essas unidades são as que apresentam dificuldades na adoção de boas práticas de produção e na melhoria dos processos de manuseio e fabricação de produtos. Na dimensão ambiental os sistemas de produção falham principalmente ao utilizarem lenha para o processamento do leite e não contarem com sistemas de saneamento e coleta de lixo, sobretudo, nas pequenas unidades.



3.2.3 - Aspectos sanitários da produção no estado

Na produção primária

O semiárido brasileiro apresenta como uma das suas vantagens comparativas a salubridade de seu clima com respeito à ocorrência de doenças nos animais, que possibilita que os sistemas criatórios possam ser manejados sem a utilização indiscriminada de medicamentos para o controle dos ecto e endoparasitas e no combate a mastite. A maior parte dos problemas de saúde animal na região é reflexo, direto ou indireto, de uma alimentação deficiente que se agrava pela utilização de genética e manejo inadequados.

Na indústria

Os interlocutores ouvidos pela FAERN não se omitem em apontar que a qualidade do leite produzido no estado é ruim, que a regra é a pouca atenção e cuidado do produtor com relação a esse aspecto. Também destacam que o IDIARN não é capaz de acompanhar a produção de queijo e derivados. É importante que sejam adotadas medidas de combate às fraudes que ocorrem nos queijos e leites, principalmente para inibir as práticas de inclusão de óleos vegetais e amidos nos queijos.

3.2.4 - Avançar na formalização dos empreendimentos

As queijeiras são muito heterogêneas, havendo algumas de grande porte e outras de médio, mas a maioria é de pequeno porte. Uma das grandes dificuldades é a informalidade, que torna a competição mais difícil, porque seus custos de produção são mais reduzidos. Há uma grande dificuldade dos pequenos laticínios em terem produção de escala para conseguir competir. Ademais, a produção está espalhada e a indústria tem muitos custos de coleta do leite em pequenas quantidades.

Trazer para a formalidade um enorme número de empreendimentos que atuam no processamento de leite de forma industrial, artesanal e caseira, pode significar um importante passo no sentido do maior dinamismo econômico do setor, com reflexos na contratação da mão de obra, no acesso ao mercado e na valorização do conhecimento das formas de processamento locais, normalmente repassado de geração para geração, importante sobretudo na produção de queijos típicos, riqueza regional nem sempre devidamente valorizada.



3.2.5 - A justa remuneração do produtor pelo leite

Os laticínios destacam que não conseguem fazer o pagamento por qualidade porque os produtores não diferenciam as empresas por essa prática como uma valorização, acusando essa fórmula como mecanismo para reduzir preços ao produtor na safra. Os laticínios alegam que no pagamento por qualidade a maior consequência é perder o produtor e que o prêmio por qualidade não dá certo para pequenos volumes de compra, pois não é possível ajustar a linha de produção para recepcionar adequadamente os produtos com diferentes níveis de qualidade.

Por outro lado, alguns estados³ adotaram a criação do Conseleite - Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite como mecanismo para definição conjunta de preço justo para comercialização do leite entre produtores e indústrias, com auxílio de universidades. Onde foi implantado, o Conseleite tem se constituído como associação civil, regida por estatuto e regulamentos próprios, reunindo em igual número representantes de produtores de leite e de indústrias que processam a matéria-prima (leite). O principal objetivo do Conselho é a busca de soluções conjuntas pelos produtores rurais e indústrias para problemas comuns do setor lácteo, reduzindo conflitos e contribuindo para a melhoria da qualidade do leite e seus derivados.

3. Os estados do RS, SC, PR, MG, RO e MT possuem o Conseleite instituído.

3.2.6 - Coordenação da cadeia e preços

A remuneração justa para a atividade é considerada o principal fator indutor da produção. Na ausência de políticas voltadas para estruturar a produção leiteira, a existência de mercado para a colocação de produtos com preços compensadores seria o melhor mecanismo para estimular a atividade, que tem capacidade de resposta.

As relações de troca são totalmente injustas e desproporcionais na cadeia, sendo que o comércio se apropria das fatias mais significativas, vindo a seguir a indústria. O setor primário é aquele que se apropria dos menores ganhos, subsidiando os custos das indústrias, para que os preços sejam competitivos no comércio. Para a indústria a matéria prima é cara e escassa, principalmente na estação seca. Com preços pouco competitivos, enquanto a indústria não for capaz de modificar sua pauta para produtos de maior durabilidade e valor agregado, as práticas de preço não se modificarão no RN.

Essa ampliação da demanda é fundamental para que haja uma política de preços estável, capaz de remunerar os produtores.

O RN conta com muitos laticínios que foram criados artificialmente, em função do fornecimento e distribuição do produto para o Programa do Leite. Atualmente, uma parcela significativa destes está com suas atividades

paralisadas. Há um parque industrial de pequeno porte com boas condições de funcionamento, cuja melhoria da produção está condicionada a realização de um processo no qual haja maior controle e acompanhamento sobre a sua produção.

A FAERN defende a proposta de instalação de um laticínio de médio porte no estado, do qual os pequenos laticínios poderiam se tornar parceiros. Somente uma indústria de maior porte, em relação as que existem atualmente, seria capaz de garantir a compra da produção durante todo o ano, assegurando mercado e uma maior estabilidade dos preços, consequentemente estimulando a produção.

Para assegurar a rentabilidade da atividade é muito importante que haja o aproveitamento adequado de toda a matéria-prima e seus subprodutos. Esse fator que não é tão decisivo para as indústrias da região sudeste é fundamental no estado. A combinação de várias atividades é ainda mais vital quando se trata de pequenas unidades de produção.

A utilização do esterco produzido pela pecuária leiteira representa uma alternativa importante para diminuir o esgotamento do solo bem como a dependência de adubos químicos externos ao sistema de produção adotado na propriedade.

O soro resultante do processamento do leite, em virtude da sua qualidade nutricional, pode ser adequadamente reaproveitado, tanto na produção de ricotas e bebidas lácteas, quanto na utilização na alimentação de suínos. A implantação da suinocultura como atividade complementar em estágios da cadeia produtiva do leite, representa uma oportunidade, na medida em que o aproveitamento residual do soro na alimentação animal, reduz significativamente os custos com o arraçoamento. Nos pequenos estabelecimentos rurais a integração dessas atividades pode contribuir para a estabilidade econômica dos empreendimentos.

Por outro lado, a utilização dos dejetos dos suínos e do gado leiteiro em biodigestores pode significar uma fonte de energia para aquecer o leite nas pequenas indústrias, com ganhos ambientais, uma vez que a maioria delas produz energia mediante a queima de lenha proveniente, na maioria das vezes, de áreas de desmatamento.

Na logística da distribuição de seus produtos também é importante buscar alianças que contribuam para a viabilização das atividades. No RN é emblemático o caso da Tapuio que agrupa valor a sua produção de derivados da produção de leite da criação bubalina, realizando a logística da entrega de seus produtos associada a distribuição de ovos, ampliando suas condições de viabilidade.

3.2.7 - Diversificação de produtos e mercado institucional

As principais oportunidades de mercado estão na diversificação da produção, como a criação de novas sobremesas, a diminuição do tamanho das embalagens, direcionando-as para o consumo individual (bisnagas) e alternativas. Com respeito aos queijos a questão central é a produção de tipos maturados, com maior capacidade de armazenamento ao longo do tempo. Outra questão importante é buscar a abertura de novos mercados para os produtos do estado.

Como a indústria precisa de volume de vendas, o mercado institucional é importante, sem que ocorra a concentração das compras em um número limitado de fornecedores. As oportunidades para ampliar a participação nesse mercado estão estreitamente relacionadas a diversificação, tanto de clientes quanto de produtos. O entendimento é de que pode ser estimulada a demanda para os diferentes produtos derivados do leite, possibilitando maior geração de renda, oportunidades de mercado e maior competitividade da atividade produtiva, fazendo com que o produtor rural tenha garantia de preço estável, mesmo em períodos de excesso de leite no mercado.

3.2.8 - Organização dos produtores, associativismo e cooperativismo

No RN não houve desenvolvimento da cultura do associativismo e do cooperativismo. São poucas cooperativas que funcionam adequadamente (dentre estes os exemplos positivos se destacam a APASA - Associação dos Pequenos Produtores do Sertão de Angicos e a COANTAL - Cooperativa Agrícola de Tenente Ananias-RN).

O estado desempenha um papel imprescindível como agente fomentador ao associativismo e ao cooperativismo, podendo para isto, exigir que o acesso às políticas públicas seja feito mediante a organização dos produtores.

As associações podem se constituir em instrumentos importantes, por exemplo, na gestão dos postos de resfriamento e no gerenciamento do fluxo dos produtos. A estruturação de uma rede de tanques de resfriamento, a partir da colocação em funcionamento de todos os tanques que foram adquiridos para o estado e o seu funcionamento adequado, pode constituir, em muitas circunstâncias, um mercado “SPOT” de baixa escala, como instrumento para melhorar as condições de negociação entre os produtores e as indústrias e queijarias do estado.

Muitas destas cooperativas realizam somente a captação e o repasse para outras cooperativas maiores, ou para empresas do setor lácteo. Essa prática, em que ocorre a comercialização de leite cru entre cooperativas / laticínios, não sendo



realizado o beneficiamento do leite ou a produção de derivados, é conhecida como mercado spot.

O gerenciamento dessas estruturas na forma associativa representa um mecanismo privilegiado de contato com os produtores, abrindo perspectivas para organizar a compra e o fornecimento de rações aos produtores, melhorando as condições de aquisição deste insumo e de estruturação da produção como um todo. Esta forma de articulação da cadeia que ocorre de forma pontual em atendimento a interesses comerciais de alguns agentes individuais pode vir a ser estimulado de forma coletiva, com o suporte adequado das políticas públicas.

Um fator importante a ser levado em consideração é que a ponta da produção tem pouca flexibilidade, uma vez que as vacas não param de produzir e as estruturas de captação têm capacidade limitada. A indústria considera importante manter a governança sobre a logística, por isso terceiriza pouco, apenas quando as complementações são necessárias.

Um gargalo importante para a maior disseminação do cooperativismo entre os produtores reside no fato de boa parte dos segmentos processadores atuarem na clandestinidade, o que faz com que tenham receio de se reunirem em grupos ou associações específicas.

3.2.9 - Atuação dos entes públicos na cadeia

No RN, a mais significativa ação de governo relacionada a cadeia se materializa no Programa do Leite, e este já foi considerado fundamental para a cadeia pela sua capacidade de absorção da produção, no entanto, atualmente não desempenha mais o mesmo papel, pelo novo estágio de organização do setor.

A assistência técnica aos produtores de leite tem limitada abrangência, conforme apontam os dados preliminares do censo agropecuário 2017 (Tabela). Apenas 20% dos produtores de leite contam com ATER. Esta cobertura é inferior a verificada no Brasil (30%) e superior à verificada no Nordeste (13%). Nestes dados podem ser verificados que a Emater responde por 52% do atendimento, enquanto 40% provém essa ATER por seus próprios meios.

Tabela 1. Origem da assistência técnica recebida pelos produtores de leite no RN.

TOTAL	Recebe ATER	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	Organização não-governamental (ONG)	Sistema S	Outra
22.116	4.521	2.350	1.804	174	38	34	18	152	196

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017 - dados preliminares



É preciso ampliar o atendimento de ATER aos produtores de leite, o que certamente não poderá ser atribuído exclusivamente a Emater. Será preciso mobilizar esforços para disponibilizar ATER de forma sistemática, integrada com a pesquisa, articulada com a agroindústria e outras instituições, como a FAERN, o SENAR e o SEBRAE. Esta ação integrada deverá contemplar a adoção de metodologias consagradas como “Balde Cheio” e incluir a realização de circuitos tecnológicos.

O IDIARN é importante, mas tem pequena atuação no licenciamento dos laticínios e limitada capacidade de acompanhar a produção, pois faltam veterinários e laboratórios para essa tarefa. Atualmente, na sua agenda de ampliação da capacidade operacional existe a proposta de terceirização dos agentes de coleta das amostras nas indústrias. Ainda em termos de ação sanitária, a Covisa atua nos pontos de comercialização dos produtos.

O MAPA atua apenas nos laticínios que poderiam realizar a exportação, sendo que no RN existem apenas três nesta condição (Multdia, Tapuio e CLAN). São grandes as dificuldades para que o MAPA apresenta para a concessão do SIF.

Neste cenário, a oportunidade que se apresenta está relacionada a criação de mecanismos de diálogo e interação entre os órgãos de governo e os representantes dos atores importantes da cadeia para que possam desenvolver ações planejadas que permitam ao arranjo produtivo realizar seu potencial, como a atividade que mais emprega no campo. Todos os segmentos devem estar engajados numa ação estratégica capaz de gerar dinamismo, mediante ações concretas que fomentem a recomposição do rebanho, ampliem a disponibilidade de água e alimentos, melhore a assistência técnica e a extensão rural aos produtores, ampliem o grau de formalização da atividade, possibilitando realizar o acompanhamento e controle da qualidade, ampliando os mercados para os produtos, dentre outras ações. realizado o beneficiamento do leite ou a produção de derivados, é conhecida como mercado spot.

3.2.10 - Incentivos fiscais

Quando se trata da comercialização de leite e seus derivados a questão tributária é relevante, sendo a ampliação do crédito outorgado de ICMS nas saídas interestaduais e a redução da base de cálculo nas operações internas os instrumentos mais utilizados para a concessão de incentivos, os quais definem a competitividade do setor leiteiro diante de outros estados.

A legislação existente no Rio Grande do Norte efetivamente assegura incentivos fiscais que contribuem para a manutenção do setor. As operações de comércio no âmbito interno do estado contam com a isenção de ICMS (crédito presumido de 100%). Os incentivos concedidos ajudam o setor a ser competitivo, numa conjuntura na qual, normalmente, os preços no RN são elevados. Alguns produtos apresentam boa qualidade (como os queijos regionais) e bons preços, mas praticamente se restringem ao mercado local.

No âmbito federal também existem incentivos. A atividade é reembolsada pelos recolhimentos de PIS e COFINS, que podem ser utilizados na compensação de outros impostos federais, mas não há projetos apoiados neste sentido, no estado.



3.3 - OVINOCAPRINOCULTURA

A ovinocaprinocultura no estado se caracteriza como certo “extrativismo controlado”, condição na qual é possível que cada matriz tenha um parto por ano, condicionando sua produtividade à adaptação dos sistemas produtivos ao bioma local. O Rally observou a produção no Agreste e no Alto Oeste Potiguar, constatando que a atividade se constitui em geral como secundária para os produtores, tendo como pontos fortes a boa aceitação, o preço mais alto em relação a outras carnes e a resistência do animal à seca. Para sua viabilização é necessário volume de produção, constância de fornecimento, e o desenvolvimento de canais de comercialização.

No estado há também criação de alta tecnologia, centrada na seleção de matrizes, voltada para a realização de três partos em dois anos, e o abate de animais precoces com 90 dias de vida e 30 kg de peso médio. Nestas condições, o módulo para ter viabilidade econômica só acontece em médios e grandes criatórios, o que torna restrita a adoção desse sistema de produção.

Para avançar na produção animal, além do estímulo para a produção de volumoso mediante a disseminação de técnicas de fenação e silagem, é importante que exista a recuperação dos campos de palma e avanço nas pesquisas sobre plantas nativas, variedades mais resistentes ao clima semiárido. A principal estratégia para o suprimento das necessidades de alimento concentrado deve ser a criação de mecanismos de integração com indústrias processadoras.

No processo de busca por novos investimentos para o estado deve-se encontrar um parceiro para a produção de ração animal, visando atender à demanda na pecuária estadual.

3.4 - APICULTURA PODE VOLTAR A SER IMPORTANTE PARA OCUPAÇÃO E RENDA

Após uma queda vertiginosa da produção verificada entre 2012 e 2017 a apicultura potiguar voltou a crescer, principalmente devido ao maior volume de chuvas e, consequentemente boas floradas.

O Rally teve contato com a cadeia na região do Mato Grande e constatou que para o seu desenvolvimento é fundamental que o conjunto de instituições envolvidas, atuem de forma integrada, para que a recuperação da capacidade de produção tenha continuidade. Nesse contexto, é importante que o governo estadual e o SEBRAE disponibilizem assistência técnica e extensão rural aos

produtores, bem como promovam a capacitação voltadas para a inserção dos jovens na produção. Também deve ser contemplada a formação de técnicos para atuar com apicultura, desde a elaboração dos projetos, passando pela diversificação da produção e sua comercialização. O processo de formação deve se estender inclusive aos fiscais da inspeção federal e estadual que atuam no setor.

As ações de pesquisa deverão ser desenvolvidas de forma articulada com as universidades que já contam com estruturas especializadas para atuar nessa cadeia (UFRN, UFERSA e IFRN).

Deverão ser empreendidos esforços para atrair para o RN empresas que produzem o material e equipamentos necessários para a produção apícola, tornando mais fácil o desenvolvimento da cadeia. Neste contexto, também deverá ser apoiada a diversificação da produção.

Os mecanismos de articulação e integração no âmbito do arranjo produtivo podem ser institucionalizados mediante o fortalecimento da Câmara Técnica de Apicultura no CEDRUS - Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável.

3.5 - A FRUTICULTURA É IMPORTANTE NA GERAÇÃO DE EMPREGO E DE DIVISAS PARA O RN

A fruticultura irrigada foi a responsável por inserir o RN no mapa da produção agrícola brasileira. Inobstante as condições climáticas, as principais culturas cultivadas com irrigação apresentam trajetória recente de relativa estabilidade da área plantada, crescimento da produção colhida, pequenas oscilações na produtividade das culturas, com algum crescimento do valor da produção.

O Rally visitou áreas de fruticultura nas regiões Agreste, Mato Grande, Oeste e Alto Oeste, bem como agroindústrias do Agreste, Alto Oeste, Mato Grande, da região Metropolitana e Oeste. Nas visitas realizadas foi possível constatar que, a despeito do pouco apoio governamental recebido, a fruticultura do estado consegue realizar importante geração de riquezas. Algumas culturas com maior grau de tecnificação apresentam importante desempenho, como ocorre com o melão. A banana e o mamão também revelam bons índices. O que se verifica é que há significativo potencial para crescimento em culturas como o coco.

Outra cultura que merece atenção é o caju, não só do ponto de vista econômico, como social, ao complementar a renda do agricultor com um fluxo monetário na fase do ano na qual praticamente não existe outra produção. Atualmente, a



questão primordial para a atividade é superar o desafio da baixa produtividade dos pomares e ampliar a oferta de matéria-prima para o setor industrial, de modo a recuperar a competitividade no mercado mundial. A castanha de caju sempre foi um cultivo tradicional das áreas de sequeiro, mas sua produção vem sendo transformada pela introdução crescente de inovações técnicas e inserção na lógica de um mercado globalizado.

A melhoria da situação dos produtores passa pela adequação das linhas de crédito ao perfil do produtor, considerando os projetos de investimento, as necessidades dos produtores em relação à escala de produção e a melhoria da qualidade do produto. A ampliação da escala de produção, por meio de expansão de área e aumento de produtividade, são cruciais para aumentar a renda do produtor e gerar um produto de melhor qualidade. É fundamental desenvolver ações que promovam a recuperação dos cajueirais, inclusive mediante a substituição de copas da cultura tradicional pelo caju anão precoce, desde que essa ação seja acompanhada da perspectiva de o produtor adotar o pacote tecnológico completo, contando com assistência técnica e apoio para obtenção de crédito, assegurando desta forma que os incrementos de produtividade ocorram de fato. Destaque-se que apenas 30% da área plantada têm viabilidade para a substituição de copa. A ampliação da receita da cultura também pode ser obtida com um melhor aproveitamento do pedúnculo.

O principal entrave da indústria processadora reside na perda sistemática de produtividade, fenômeno impulsionado, sobretudo, por fatores climáticos. No contexto da economia local, o setor enfrenta outro grave problema, a carência de investimento em inovação tecnológica.

A ampliação no grau de cooperativismo dos produtores pode criar mecanismos para que haja uma distribuição dos ganhos de forma mais igualitária na cadeia, uma vez que a indústria e os intermediários se apropriam das maiores margens de lucro, limitando o setor produtivo na sua capacidade de investimento para aumentar seus níveis de produção. A descapitalização do produtor se evidencia na incapacidade de realizar novos investimentos e o plantio de novas áreas. Além disso, outra medida importante seria a criação de um sistema que reduzisse a assimetria de informações entre produtores, intermediários e industriais, principalmente sobre a evolução dos preços internacionais.

Em síntese, para a fruticultura a disponibilidade de tecnologia e inovação, assim como a presença no estado de agroindústrias são fatores de fortalecimento dessa produção. Além disso, ampliar a assistência técnica é essencial. Entende-se que dificilmente a Emater teria capacidade de disponibilizar assistência técnica com o grau de especialização requerida pela fruticultura mais especializada, no entanto, uma coordenação adequada entre instituições que atuam nessa prestação de serviços poderia ampliar a disponibilidade de técnicos melhor preparados para atender as demandas do setor.

3.5.1 - Fruticultura irrigada

A produção de frutas irrigadas no RN mantém sua trajetória independente dos períodos de secas prolongadas, apresentando em alguns casos expansão da área cultivada. As frutas, como o melão, a banana e o abacaxi, utilizam sistemas de produção que são intensivos na utilização de capital e estão direcionados para um mercado globalizado, seguindo, portanto, a lógica de internacionalização da agricultura, com a forte presença de capital estrangeiro.

A fruticultura irrigada se mantém como importante geradora de divisas e ocupação. Para que esse potencial seja plenamente explorado o governo do estado deve atuar em diferentes frentes para fomentar essa atividade econômica e atrair novos investidores. A capacidade de atração, de construir soluções criativas, a articulação de iniciativas capazes de consolidar cadeias, minimizar perdas e a demonstração de interesse em encontrar novos caminhos, pode significar a diferença entre a atração de novos investidores, a continuidade ou o declínio das atividades no estado. Efetivamente, as últimas gestões estaduais não têm demonstrado capacidade de interlocução com os setores produtivos para superar impasses em prol do desenvolvimento estadual.

A agricultura irrigada é grande geradora de empregos, portanto, deve ser devidamente valorizada. Normalmente as empresas agrícolas dispõem de alguma capacidade própria para resistir e superar dificuldades, mas elas não podem prescindir de todo o apoio que puderem angariar.

3.5.2 - Projeto Baixo Assú

A produção de frutas irrigadas no RN mantém sua trajetória independente dos O Projeto Baixo Assú (também denominado Distrito Irrigado Baixo Assú – DIBA) já está operando, além da 1^a etapa, com a implantação da área empresarial (2a etapa), com muitas unidades em estágio inicial de produção. Atualmente estão em curso processos nos quais os produtores atuam para melhorar a governança da gestão do DIBA, mediante maior transparência de dados, definição de normas e procedimentos para operação e manutenção, contratualização do fornecimento de água, hidrometriação de todos os irrigantes, elaboração de plano anual de operação e manutenção e serviços focados na obrigação e coletividade, dentre outros aspectos que estão sendo trabalhados.

Uma iniciativa que pode contribuir para o fortalecimento da fruticultura no estado é a atração de outros segmentos para reforçar o arranjo produtivo da fruticultura, inclusive empresas capazes de suprir as necessidades de insumos, fertilizantes, embalagens, equipamentos, etc.

3.6 - AQUICULTURA, PESCA E CARCINICULTURA: POTENCIAL E OPORTUNIDADES

Há décadas a demanda mundial por pescados tem aumentado, em função das indicações proteicas e qualidades excepcionais deste tipo de alimento, ao mesmo tempo que se verifica a redução dos seus estoques mundiais, o que torna a pesca cada vez menos capaz de suprir o consumo. Neste cenário, desde a década de 90 as atividades de criação de pescados se tornam cada vez mais importantes.

O Rally visitou agroindústrias de pescado no Litoral Sul, região Metropolitana, Mato Grande e Oeste, além da piscicultura na região Oeste e do diálogo com a carcinicultura, contatando a potencialidade para gerar ocupação e renda, justificando que os planos governamentais insiram a inserção dessas atividades entre seus objetivos prioritários. No Rio Grande do Norte a produção pesqueira, a carcinicultura e a pesca artesanal são atividades que geram ocupação, renda e apresentam enorme potencial econômico, quer seja em águas oceânicas, interiores ou continentais, mediante a pesca extrativa, ou pelas práticas aquícolas de cultivo em viveiros escavados ou tanques-redes.

Para uma participação mais efetiva no processo de desenvolvimento, importante destacar que o setor enfrenta obstáculos, dentro e fora da alçada do poder executivo os quais devem ser devidamente equacionados para a realização do enorme potencial existente.

3.6.1 - A pesca industrial pode aumentar sua importância

O Brasil representa a última fronteira da aquicultura mundial, face o enorme potencial de produção da sua zona costeira exclusiva, de quatro milhões de quilômetros quadrados no Atlântico. A região Nordeste se diferencia pela plataforma estreita, o que torna favorável a pesca em águas profundas. A temperatura é propícia para a maior variedade de pescado e as correntes marinhas com ciclo migratório constante favorecem a captura de maiores exemplares.

Atualmente o RN se destaca como o maior exportador brasileiro de atuns e espadartes, o que é possível dadas as vantagens comparativas existentes, como a localização geográfica que o coloca próximo das correntes marítimas por onde transitam os cardumes de atuns e afins, propiciando empregar tecnologia de rastreamento. Aliado a esses fatores, a estrutura dos empreendedores, o padrão de qualidade praticado e a tecnologia configuram o conjunto das competências necessárias para concorrer com os principais players do mundo no setor. Essa



condição está possibilitando reunir os fornecedores que a atividade necessita e desenvolver a cultura de pesca oceânica no RN. Atualmente, a frota que atua no estado é composta por 120 embarcações atuneiras de porte médio.

Apesar das boas condições naturais existentes para a pesca, a atividade é realizada num nível abaixo do seu potencial. Os avanços obtidos com a transferência de tecnologia dos japoneses que operaram em parceria com os brasileiros no RN, não são integralmente implementados para melhorar a seletividade da pesca, visando às espécies de maior valor comercial. A maior seletividade propicia o aumento da rentabilidade, o processamento do pescado a bordo e o congelamento a menos 60 graus. Atingir esse patamar possibilitaria que a comercialização do pescado se desenvolvesse de forma mais planejada pelo produtor.

O setor se ressente do ambiente pouco favorável ao desenvolvimento econômico da atividade, com maiores patamares de captura. Mais que problemas de normatização, o ambiente institucional reflete a insuficiente articulação entre os órgãos governamentais que atuam na regulamentação e fiscalização do setor, os conflitos com ambientalistas, a disputa entre operadores de diferentes regiões e outras limitações como a escassez de mão de obra especializada. Neste cenário, a política pública não se desenvolve de forma coerente, fomentando a atividade a operar de acordo com seu potencial.

A captura de atum ainda apresenta espaço para o crescer. Destaque-se que o volume exportado é um critério importante na definição dos volumes autorizados de cotas internacionais de exportação para cada país e o Brasil ainda tem espaço para elevar seu volume de capturas. Mesmo operando abaixo de sua capacidade, o volume capturado viabilizou a indústria de processamento, principalmente direcionada para um produto de maior qualidade, estando a capacidade instalada de processamento de pescado adequada ao aumento esperado de produção.

3.6.2 - Pesca artesanal representa renda

O segmento da pesca artesanal congrega 79 colônias e 30 mil pescadores e tem significativa importância econômica na pauta de exportação, representando 10% dessa receita. A pesca artesanal encontra-se disseminada em praticamente todo o território potiguar: ao longo dos 410 quilômetros de litoral, nos estuários, açudes, rios, represas e lagoas.

A dinamização dessa atividade passa pela reativação e redimensionamento das estações de piscicultura (ou instalação de novas estações de pequeno e médio porte, quando for o caso), para manutenção sistemática do fornecimento de alevinos para povoar e repovoar viveiros e coleções d'água. Para possibilitar mais segurança, conforto, eficiência e assegurar ganhos para a pesca artesanal é preciso um plano de desenvolvimento que contemple a instalação de atracadores flutuantes (estruturas de polietileno) e cais de atracação (madeira/concreto) nos grandes e médios açudes, bem como disponibilizar estruturas frigoríficas, com pequenas fábricas de gelo e freezers de maior porte, assim como unidades de processamento do pescado, melhorando as condições de conservação e comercialização do pescado.

3.6.3 - O enorme potencial da carcinicultura

O RN é um tradicional produtor de camarão, possuindo enorme potencial para ampliação da carcinicultura, não só no seu litoral, como no interior. Ao longo dos últimos anos, as estratégias que foram adotadas para superar a mancha branca, como a recuperação de cepas, modificações no manejo, adoção de novas tecnologias, dentre outras, fez com que a atividade se adaptasse a doença e retomasse o rumo do crescimento.

A interiorização da carcinicultura pode representar uma alternativa para a ocupação de áreas degradadas. É possível projetar o crescimento da produção no RN pela ocupação de novas áreas e via incremento da produtividade. Para isso seria importante atrair para que se instalem no estado “empresas-ancoras”, com capacidade de realizar a integração de pequenos produtores, disponibilizando assistência técnica e assegurando a comercialização, além do fornecimento de insumos e tecnologia, elementos importantes para a atividade. Este seria o desenho ideal para a expansão do setor, num momento em que o mercado é favorável.

Para manter a competitividade é importante levar em conta que a energia elétrica é um insumo fundamental, que apresenta custos crescentes, razão pela qual é importante manter os benefícios alcançados (isenção de ICMS e equiparação com a condição de irrigante), além de buscar mecanismos para reduzir ainda mais os custos desse insumo, considerando a condição privilegiada do RN na

matriz energética nacional. Outra preocupação do setor é a segurança, cuja manutenção impõe custos extras aos produtores.

A simplificação da burocracia para a realização de operações de crédito seria um elemento adicional para impulsionar a expansão da carcinicultura no RN.





4

**APROVEITAR
O POTENCIAL
DAS CADEIAS
AGROPECUÁRIAS
PARA
DESCENTRALIZAR O
DESENVOLVIMENTO
DO RN: CRIAR UM
PROGRAMA PARA
FORTALECER OS APLS**

**PROPOSTAS PARA
A AGROPECUÁRIA
POTIGUAR**
2023 . 2026

A principal proposta da FAERN para estimular a agropecuária do RN é a implementação de um programa voltado ao fomento de arranjos produtivos locais (conhecidos como APLs), visando descentralizar o desenvolvimento produtivo para diversas regiões do estado, atrair investimentos, aumentar o dinamismo, o empreendedorismo e a competitividade das cadeias produtivas existentes no estado, tendo como princípios dessa atuação a articulação de iniciativas e a cooperação entre os diversos elos das cadeias.

Para a melhor compreensão de como essa ação governamental é factível e pode ser implantada com sucesso é importante entender que um APL se caracteriza como um conjunto de agentes de natureza diversa (produtores rurais, comerciantes, profissionais autônomos, prestadores de serviços), que participam nas tarefas principais de uma aglomeração produtiva. Em torno de determinada cadeia produtiva é possível implementar iniciativas voltadas ao seu dinamismo, estabelecer uma governança mais eficiente e evidenciar relações de cooperação, trocas e aprendizado constantes em um determinado território.

Esse programa que contribuirá com a capacidade do governo em promover o desenvolvimento local, mediante o estabelecimento de parcerias e compromissos entre diversos agentes envolvidos em cada arranjo e no seu entorno poderá ser realizado com o uso de pouca capacidade operacional, considerando as limitações que o governo do estado apresenta.

A lógica de implantação deverá ter como primeiro pilar de sustentação o desenvolvimento de capital humano e social articulado a cada um dos APLs, de modo que sejam criadas condições para que estes possam se desenvolver de forma autônoma, mobilizando parcela dos recursos existentes no âmbito local. Assim, a responsabilidade pelas ações a serem executadas e sua governança é dos próprios agentes locais envolvidos no APL, cabendo ao governo o apoio, monitoramento e avaliação.

Para isso se propõe um processo inicial de reconhecimento e cadastramento de APLs, mediante a abertura de edital aos interessados em obter reconhecimento pelo governo do estado, demonstrando as condições de que dispõem, sua forma de organização e outras informações que permitam identificar a presença dos elementos básicos para sua organização e estabelecer uma categorização quanto ao seu estágio atual, capaz de indicar as ações específicas dado o nível de maturidade identificado, bem como direcionar políticas para mitigação das suas principais dificuldades e que possibilitem o



seu desenvolvimento. Essa ação visa mobilizar agentes e fomentar processos organizativos autônomos em torno de determinadas cadeias produtivas. Nessa primeira etapa poderia ser destinados recursos para processos de formação básica e estruturação de governança profissionalizada, capaz de impulsionar e estruturação do APL. Um movimento subsequente deverá estar relacionado com o fomento de ações que promovam o desenvolvimento e consolidação dos APLs, tais como cursos de formação, consultoria especializada, etc.

A criação de um programa desse tipo teria a virtude de reforçar alguns aspectos da participação relativa da agropecuária na economia, interiorizando o desenvolvimento do RN, mediante a potencialização da produção e da geração de ocupações. Não se pode ignorar que apenas a agropecuária potiguar é responsável pela ocupação de mais de 211 mil pessoas (trabalho familiar, empregos formais e informais, conforme o Censo Agropecuário 2017), o que significa mais de um terço de toda a mão de obra no estado, ou seja, a agropecuária garante a reprodução social de mais de 30% da população economicamente ativa, índice bastante superior à média nacional. Além disso, é preciso considerar que a maioria dos municípios do estado pode ser caracterizada como eminentemente rural, havendo a necessidade de proporcionar melhores condições de vida para a população que escolheu viver no campo. A proposta de fortalecer o capital humano e social em torno dos APLs significa a geração de riquezas e a ampliação das ocupações e renda, de modo capilarizado por todo o território.

A cultura da cana-de-açúcar sofre o impacto do processo de reestruturação das agroindústrias processadoras no estado. O cenário de crise da produção da cana-de-açúcar no RN vem se agravando nos últimos anos em face de secas consecutivas e do fechamento de usinas, além da inadimplência e atraso de algumas delas no pagamento dos fornecedores e na baixa remuneração oferecida pela matéria-prima. Ademais, a contínua incorporação de técnica e inovação aos processos produtivos limita as condições para viabilidade dos processos agroindustriais que, aliado aos custos de transporte entre as áreas produtoras de matéria-prima e as unidades processadoras, são fortes influenciadores da produção.

Não estão disponíveis os dados da PAM sobre área plantada para a cana-de-açúcar nos anos de 2017 e 2018. No entanto, estimativas feitas com base na produção apontada pelo Censo Agropecuária 2017 - dados preliminares e na produtividade do ano de 2016, último disponível, indicam uma área plantada de pouco mais de 20 mil hectares, o que significa uma queda de cerca de 2/3 do total.

As áreas de cana no estado tendem a se restringir a algumas regiões, vinculadas a determinada unidade agroindustrial com condições especiais de produção e geração de energia elétrica, que otimizem seus custos. Além disso, parcela pequena de produtores se manterá como fornecedores para a indústria de aguardente (principalmente a Ypióca). No estado, a tendência é de liberação de áreas tradicionais de plantio de cana, principalmente na região de Ceará-mirim para outras atividades mais rentáveis, como a pecuária.

4.1 - ATRAIR INVESTIMENTOS É NECESSÁRIO

O próximo governo deve discutir, sistematizar e divulgar as oportunidades para a realização de investimentos na agropecuária potiguar, ressaltando sua diversificação: fruticultura e horticultura, aquicultura, arranjos produtivos da proteína animal (bovinos, aves, suínos) e outros. Devem ser criados instrumentos para sensibilizar e atrair o interesse dos investidores em conhecer mais e melhor as oportunidades existentes. Além disso, deve ficar evidenciado o interesse do governo, agentes econômicos e sociedade em concretizar investimentos, que contribuam para ampliar oportunidades com equidade social e sustentabilidade. As oportunidades deverão estar voltadas para o adequado aproveitamento das potencialidades naturais locais, da mão de obra disponível e se valham, por exemplo, da disponibilidade potencial de energia limpa e de baixo custo, que o estado é capaz de proporcionar.

4.1.1 - Apostar na diversificação de oportunidades

Deverão ser estimulados investimentos para além da produção agropecuária, passando pelos setores de máquinas e equipamentos, insumos, processamento, armazenamento, transporte, infraestrutura logística, dentre outros. O turismo que ocupa lugar de destaque na economia estadual se apresenta como uma das estratégias viáveis para o desenvolvimento, inclusive rural. Tendo em conta as opções e estilo de vida das sociedades modernas, a procura de harmonia com o ambiente natural é cada vez maior, podendo ser estimulada a atuação de investidores na inserção de ações que envolvam a melhoria das condições da oferta, a preservação da identidade cultural das localidades, a divulgação do patrimônio histórico e ambiental, a recuperação dos municípios e a dinamização cultural dos ambientes rurais.

4.1.2 - Inovar nos instrumentos e nas formas de ação

Um plano de atração de investidores para atuar no meio rural deve se diferenciar do que foi no passado, quando prevalecia o oferecimento de benefícios, como incentivos fiscais e subsídios. Nos tempos atuais a Secretaria de Estado da Agricultura deve estar preparada para oferecer um atendimento de excelência aos investidores agropecuários, desenvolvendo expertise e competência para lidar com o processo de atração de investimentos, com o envolvimento da governança local e dos agentes de mercado, num processo para o qual devem convergir os interesses de todo o estado. Será importante capacitar diferentes atores como os municípios, que terão a necessidade de mudar e criar estruturas que saibam lidar e atrair investidores de modo profissional.

4.2 - ATUAR EM MÚLTIPHAS DIMENSÕES PARA DESENVOLVER

Mesmo numa conjuntura geral de enfraquecimento, a agropecuária potiguar apresenta significativos contrastes nos seus sistemas de produção (maiores níveis de tecnologia e inovação aplicados em algumas propriedades), consideradas as diferentes cadeias produtivas (fruticultura e carcinicultura são mais desenvolvidas, agricultura e pecuária tradicional menos) e os perfis de agricultores (familiares, médios e grandes produtores). Neste cenário de contrastes, importantes desafios se apresentam na formulação e implementação de políticas públicas, para que se possa, por um lado, assegurar a viabilidade econômica, social e ambiental da atividade agropecuária, e por outro, atender aos anseios crescentes de uma população cada vez mais adaptada aos hábitos de consumo saudáveis.



4.2.1 - Inclusão produtiva e sinergia de ações no rural

Tanto a pobreza, quanto o desenvolvimento tem causas multidimensionais, o que exige que para a superação de uma e a busca pelo outro, se ataque todas as suas principais causas, de forma articulada.

Os investimentos econômicos e sociais devem estimular o potencial produtivo existente, mesmo nos agricultores mais pobres, de modo a ampliar as capacidades de reprodução e sobrevivência, visando assegurar a segurança alimentar da família e uma vida mais digna. Nesse contexto se inserem as iniciativas para o acesso aos meios de produção (terra, água, energia, conhecimentos,), instrumentos de fomento e crédito, com a ampliação da orientação de agentes especializados para a estruturação dos negócios e outras possibilidades de geração de ocupação e renda, muitas das quais são executadas pelo governo do estado em parceria com o governo federal e outras instituições. Na realização dessas ações governamentais é fundamental buscar articulação, interação e sinergias, para que haja o uso eficiente dos recursos públicos.

4.2.2 - Tecnologia & Inovação para desenvolver

O correto aproveitamento de todos os componentes, a diversificação e a articulação de sistemas de produção agrícola são formas de o produtor adicionar renda à sua produção. A adequada combinação dos diferentes fatores pode trazer grandes efeitos para a viabilização dos empreendimentos. O nível tecnológico também é um fator importante para agregação de valor e renda. Os sistemas produtivos com maior nível tecnológico podem propiciar maiores ganhos de renda, quando comparados com outras atividades.

4.3 - MELHORAR O AMBIENTE PARA OS INVESTIMENTOS

A criação de condições favoráveis para empreender em agropecuária requer o atendimento a requisitos importantes, tais como a existência de um ambiente regulatório desburocratizado, pouco oneroso e de baixa complexidade, dotado de infraestrutura, acesso facilitado ao mercado e ao capital (via financiamento), inovação, capital humano diversificado (básico e qualificado), cultura empreendedora e possibilidade de troca de experiências, dentre outros fatores.

A regulação das atividades agropecuárias no RN nem sempre favorece os empreendedores, havendo ainda a necessidade de buscar maior proporcionalidade. O empreendimento agropecuário de menor impacto ou sem impacto deve ser dispensado ou dispor de um licenciamento simplificado,

em comparação com um empreendimento com impacto maior, mais profundo, intenso e significativo, para o qual o licenciamento tem que ser mais rígido.

4.3.1 - Licenciamento ambiental e outorga d'água

O IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, que detém a responsabilidade pela concessão do licenciamento ambiental ainda carece de maior disciplinamento dos prazos na tramitação do processo, o que contribuiria para a transparência, a minimização das possibilidades de corrupção e a criação de um ambiente mais favorável aos investimentos produtivos no RN.

Outra questão estratégica diz respeito aos recursos hídricos e outorga d'água. No RN as características físicas e formas de ocupação das bacias hidrográficas, em um ambiente de alta demanda, fazem com que setores disponham de excedente hídrico e outros de alta escassez, gerando situações conflituosas. Períodos de seca prolongada que se sucedem em décadas, associados a uma infraestrutura deficiente de distribuição da água e aumento da necessidade hídrica em função do crescimento das cidades pequenas e médias, deram origem a um período de muitas dificuldades e intervenções do Estado na busca de soluções para oferta aos diversos usuários.

4.3.2 - Planos de gestão de águas

Neste cenário de crescente uso dos recursos hídricos é preciso promover a elaboração participativa de planos de gestão de águas para cada uma das microbacias do estado. Esta temática não pode se restringir a escalas maiores, sendo necessário que no âmbito local, os agricultores e suas representações tenham clareza dos mananciais e estrutura de armazenamento, disponibilidades e necessidades. O conhecimento da malha hídrica local de açudes, poços, dessalinizadores e outras fontes e suas condições é bem importante, considerando o abastecimento das populações rurais e a produção animal. Quando não se tem um plano de gestão hídrica específico da microbacia, a comunidade fica vulnerável, sem instrumentos de ação para um momento de crise.

Outra medida necessária é dar efetividade ao funcionamento dos comitês de bacia, os quais, associados à elaboração de planos de gestão, devem impulsionar o uso racional da água e sua destinação. É preciso desenvolver um processo educativo, voltado para a correta gestão da água tanto nos períodos secos, quanto nos das chuvas.

Toda a irrigação requer a regularização da outorga de água, mesmo aquela que faz a utilização de água de poço e este tem representado importante gargalo. Isto

ocorre porque a maior parte dos poços não dispõe das fichas técnicas completas (perfil, testes de vazão, etc.) o que impede a concessão da outorga. Adicionalmente deve ser pensado num mutirão em cada uma das regiões importantes para que se possa regularizar aquelas situações que se adequam às exigências legais.

4.4 - ARTICULAR E INTEGRAR COM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A efetivação de uma ambiciosa iniciativa voltada ao desenvolvimento econômico requer a definição clara de uma agenda de compromissos em relação a um conjunto de temas centrais, assim como a articulação e integração de políticas e ações, de modo que elas criem as condições para o preconizado crescimento do capital humano e social no âmbito local, criando melhores condições para que os atores locais possam gerir, de maneira autônoma, seus projetos.

4.4.1 - Educação e formação profissional

A educação e formação profissional devem contribuir para o maior acesso aos meios de produção, ampliação das capacidades produtivas, novas frentes de formação, melhor ocupação da força de trabalho no meio rural e maior protagonismo das mulheres e jovens.

As desigualdades educacionais entre as áreas urbanas e rurais no Brasil são bastante significativas, sendo preciso enfrentar essa questão com uma solução diferenciada em relação ao que ocorre hoje, do fechamento da escola e transporte dos alunos para as cidades. Além disso, o funcionamento das escolas rurais acontece de forma muito pouco adequada à realidade das atividades do homem do campo, considerados seus modos de trabalho e horários, dificultando a conciliação entre os processos educacionais e a realização de suas atividades produtivas. É necessário proporcionar a educação da criança rural no seu próprio meio, com qualidade, garantindo professor, infraestrutura, funcionamento básico e os equipamentos necessários, reconhecendo a importância do meio rural, ainda que o número de matrículas represente menos de 15% do total. O Brasil só terá desenvolvimento sustentável se o modelo de ensino for redefinido, e com a destinação de recursos financeiros para projetos em educação básica na área rural que promovam a superação das desigualdades entre o urbano e o rural e os desequilíbrios e analfabetismo entre as grandes regiões. Considerando o cenário atual, a implementação de algumas ações é fundamental, tais como:

- Investimento na melhoria da infraestrutura das escolas rurais do estado, com base num padrão mínimo de qualidade;
- Valorização dos profissionais da educação, proporcionando formação

- específica para a atuação em educação rural continuada;
- Desenvolvimento de materiais e softwares educacionais específicos voltados para a realidade do campo;
- Celebração de parcerias que possibilitem a ampliação do atendimento de escolas de alternância em áreas rurais do estado.

4.4.2 - Analfabetismo

O analfabetismo ainda se apresenta como importante mazela das áreas rurais do RN, apesar dos esforços realizados e das importantes iniciativas adotadas para reverter os elevados índices. O censo 2010 aponta que atinge 31,66% da população rural, em comparação com 14,10% nas áreas urbanas. Muitos agricultores ficam alijados do acesso à educação profissionalizante. Então, é preciso desenvolver um plano diferenciado para a alfabetização rural, capaz de atender às especificidades, envolvendo os diversos parceiros. Neste processo é preciso atacar as múltiplas dimensões que cercam o analfabetismo (deficiências visuais, auditivas, etc.), visando a sua superação, mediante a elaboração de uma estratégia de ação específica visando à erradicação do analfabetismo, com ações adequadas às áreas rurais do estado.

4.4.3 - Formação profissional para desenvolver habilidades e competências no rural

A agropecuária apresenta níveis crescentes de sofisticação de suas operações, com particularidades que precisam ser entendidas, gerando demandas por novas carreiras e novos perfis profissionais. Os requisitos de cada cadeia produtiva, do laboratório de pesquisa até o ponto de venda no supermercado, na feira ou no porto, demandam novas e diversas habilidades e competências para que possam conquistar mercados, para o que é preciso contar com mão de obra preparada.

As dificuldades estruturais na zona rural ainda se fazem sentir nas atividades educacionais. Os jovens do campo ainda enfrentam dificuldades de acesso aos cursos de formação profissional de qualquer nível, seja básico, técnico ou superior. A oferta de cursos e treinamentos de formação profissional rural é restrita. Então é necessário que haja a expansão, interiorização e democratização da oferta, adequada às necessidades e possibilidades que o trabalho rural possibilita. Neste sentido, podem ser desenvolvidas parcerias com o SENAR, voltadas para a capacitação de mão de obra operacional para as diversas atividades rurais.





5.

SEGURANÇA PÚBLICA

PROPOSTAS PARA
A AGROPECUÁRIA
POTIGUAR 2023 . 2026

O clamor por mais segurança nas áreas rurais é crescente, dada a escalada da violência e da criminalidade, não sendo possível atribuir-lhe menos importância em relação à urbana. Trata-se apenas de abordar corretamente as causas da expressão rural e urbana da violência e da criminalidade para o seu enfrentamento. A segurança nas áreas rurais requer estratégias que considerem as especificidades de sua configuração e relações sociais de maior proximidade entre as forças policiais e os produtores, propiciando interação, ação preventiva aos delitos, mediação de conflitos e agilidade no atendimento das ocorrências.

Essa tem sido uma luta permanente da FAERN, que em atuação conjunta com o governo do estado possibilitou a criação do Batalhão de Patrulha Rural da Polícia Militar do RN. Apesar desse passo fundamental, permanece a necessidade de aprofundar um conjunto de ações para o enfrentamento da situação de violência crescente no meio rural.

Remanesce a necessidade de estreitamento das relações comunitárias e de vizinhança, de modo que os produtores rurais conheçam seus vizinhos, saibam da sua rotina e estejam atentos aos casos de comportamentos suspeitos e anormalidades. Isso significa a formação de redes comunitárias como instrumentos de informação, orientação e participação social para a segurança. Outros componentes fundamentais desse processo são a confiança mútua, o comprometimento e a parceria com a sociedade.

A situação de violência vivenciada nas áreas rurais de municípios da Região Metropolitana de Natal (como São Gonçalo do Amarante e Parnamirim, por exemplo), reforça que um dos aspectos que contribui para a deterioração das condições de segurança das áreas rurais é a presença de traficantes de drogas, principalmente nos municípios próximos à capital e nas maiores cidades. Na avaliação dos produtores esse tipo de crime contribui para a violência no campo e traz elevados prejuízos financeiros para a categoria. A situação requer medidas emergenciais como a implantação de uma unidade de inteligência de investigação específica para a zona rural e a adoção de estratégias de formação e prevenção, como a ampliação da PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência para as escolas da zona rural.

Além disso, é preciso intensificar o trabalho preventivo com a identificação, georreferenciamento, catalogação e registro fotográfico das propriedades, maquinário e dos funcionários, de modo que esses registros forneçam suporte a um sistema de vigilância e patrulhamento

preventivo. A estes elementos deve-se aliar um banco de dados de roubos e furtos de animais e outros nas áreas rurais. Na prática, o que se propõe é que se constitua uma força de patrulhamento rural, dotada de informações e atuando de forma proativa, que deu os passos iniciais com a criação da Patrulha Rural, mas precisa ser aprofundado.

A Patrulha Rural deve ser fortalecida pela ação de policiais treinados, que tenham envolvimento com a comunidade, facilitando a identificação de pessoas estranhas e aproximando o policial do cidadão. A manutenção continuada do mesmo grupo de patrulheiros cria a familiarização, que passa a ocorrer de forma natural. A presteza no atendimento é outro item que não pode ser negligenciado, os policiais têm que atender aos chamados. O foco deve estar na prevenção, com a promoção de blitz periódicas nas estradas vicinais, batidas em locais estratégicos e verificação das cargas que circulam pela região. Para isso os policiais deverão contar com o cadastro completo das propriedades, que inclui a atividade econômica, o número de moradores, de funcionários e de veículos, telefones de contato e o símbolo usado para marcar o gado. Para ser eficiente, o patrulhamento rural deve agir nas 24 horas do dia.

Também é possível pensar numa atuação efetiva dos municípios para prover a segurança dos produtores, com a criação de órgãos municipais de segurança, que nos municípios rurais poderia ter uma atuação mais especializada nesses crimes e atuar em cooperação com a Patrulha Rural, sempre que isso for viável. Estas poderiam ser constituídas com o apoio do governo do estado.





6.

MODERNIZAR A INSTITUCIONALIDADE PARA AVANÇAR

PROPOSTAS PARA
A AGROPECUÁRIA
POTIGUAR 2023 . 2026

A retomada do crescimento econômico da agropecuária potiguar requer a definição clara de uma agenda de compromissos em relação a um conjunto de temas centrais, que desde a infraestrutura, passam pela articulação e integração de políticas e se consolidam com a mobilização e cooperação entre todos os interessados, superando as limitações de recursos e de capacidade operacional na implementação das ações.

6.1 - VALORIZAR A REPRESENTATIVIDADE DO SETOR

Para valorizar o setor agropecuário e fortalecer sua representatividade, a proposta da FAERN é que sejam fortalecidas (ou criadas, em alguns casos) as câmaras setoriais, como instâncias capazes de identificar oportunidades para o desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando o setor privado e o setor público num diálogo organizado, definindo ações prioritárias de interesse comum, entre todos os elos das cadeias produtivas que a compõem.

Como foros de caráter consultivo, pertencentes ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRUS, devem representar um compromisso efetivo do governo com o seu funcionamento permanente, atendendo aos princípios do dinamismo, desenvolvimento, qualidade, competitividade e harmonia. As Câmaras Setoriais deverão fomentar a melhor estruturação dos diferentes elos das cadeias produtivas, com paridade e a parceria na proposição de ações e políticas, favorecendo o desenvolvimento equilibrado do segmento e da sociedade em médio e longo prazos e possibilitar a solução de conflitos por meio da negociação, cooperação e construção do consenso possível entre as partes. Essa institucionalidade representa a valorização do agronegócio e de seus componentes perante a sociedade potiguar.

6.1.1 - Adequar os instrumentos de fomento

Um dos pilares estratégicos para o desenvolvimento da agropecuária do RN deve ser a atração de novos investimentos que fortaleçam os arranjos e cadeias produtivas. Neste processo, será de fundamental importância a adequação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - PROADI para que se constitua num instrumento efetivo de desenvolvimento de cadeias importantes para o estado, nos moldes discutidos neste documento em relação à pecuária de corte, por exemplo.

A Agência de Fomento do RN - AG também deve ser remodelada para que possa dar um apoio mais decisivo para a agropecuária, mediante a atração de investimentos estratégicos para completar os elos das cadeias produtivas relevantes.

Importa ainda destacar que a estes dois instrumentos existentes deverá se aliar um adicional, a ser criado. Trata-se do Fundo de Aval para a Agropecuária, de suma importância para assegurar a atuação da Agência de Fomento do RN e apoiar a realização dos investimentos necessários.

6.2 - COORDENAR AS INSTITUIÇÕES PARA DESENVOLVER A AGROPECUÁRIA

A estrutura institucional na agricultura é composta por alguns órgãos, com atribuições diferenciadas, desde a coordenação exercida pela Secretaria de Estado, a assistência técnica e extensão rural - ATER, passando pela pesquisa e pela defesa agropecuária. Além desses órgãos, há a instância que possibilita a interação formal com os beneficiários que é o Conselho Estadual - CEDRUS. O importante é que haja uma ação articulada e integrada, de cada um, voltada para o projeto comum de retomada de uma trajetória de desenvolvimento da agropecuária potiguar.

6.2.1 - Assistência técnica e extensão rural - ATER

O Brasil é líder mundial na utilização de tecnologia agrícola, mas ela não chega aos produtores de menor renda. Existe enorme carência de profissionais capacitados para disseminar todo o conhecimento que o Brasil adquiriu com pesquisa e tecnologia. O baixo acesso à ATER é um dos principais fatores de pequena disseminação de conhecimento, e sem esse apoio homens e mulheres do campo não conseguem acompanhar os avanços proporcionados pela pesquisa e pela tecnologia. O desafio que se coloca é democratizar o uso da tecnologia e levá-la ao campo, aplicando resultados da evolução proporcionada pela pesquisa agropecuária onde há demanda.

Os dados do Censo Agropecuário 2017 indicam que a cobertura da ATER no RN está bastante restrita, sendo pouco superior a 16%, o que consideradas as condições da agropecuária potiguar nos últimos anos, pode estar na raiz do seu enfraquecimento. Certamente o baixo atendimento por ATER é um dos fatores para que a seca dos últimos anos tenha deixado marcas tão profundas. Em termos de atendimento aos produtores, os índices do RN situam-se acima da média da região Nordeste, mas pouco abaixo da média nacional (Tabela

2). A comparação dos dados recentes com o censo anterior (de 2006) indicam uma redução da ATER em nível nacional, uma vez que a cobertura nacional era de 22%. Do mesmo modo, há uma retração na região Nordeste, que em 2006 era de 8,38%. No RN esse decréscimo foi muito mais pronunciado, já que ocorreu uma redução de 22,1% para 16,08%, o que significa que mais de 8 mil estabelecimentos do estado deixaram de contar com essa prestação de serviços.

Dentre os provedores, o governo (Emater/RN) ainda se mantém como o principal, sendo responsável por mais da metade do atendimento realizado, mas a restrita oferta desse serviço faz com que mais de um terço dos estabelecimentos atendidos tenham sua própria ATER, buscando mecanismos próprios para suprir suas necessidades de assistência técnica. A origem da ATER no RN em alguma medida difere do quadro geral que ocorre no país, onde as cooperativas aparecem como um ente provedor importante, assim como o Sistema S apresenta crescimento na participação, notadamente no âmbito nacional.

Tabela 2. Principais espécies de pescado criadas no Rio Grande do Norte e comparação com Brasil e região Nordeste.

Brasil, Região UF	ATER		Origem da assistência técnica e extensão rural (em %)					
	Com atendimento	Cobertura %	Governo	Própria	Cooperativas	Sistema S	Outras	
Brasil	1.007.036	19,86	36,71	31,37	24,97	7,60	23,02	
Nordeste	172.997	7,45	55,60	25,87	8,45	2,34	15,61	
RN	10.195	16,08	53,69	34,04	5,02	3,80	13,82	

Totais superiores a 100% quanto a origem de ATER se justificam pelo fato de o produtor receber esse serviço de mais de uma origem.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017 - dados preliminares

A Emater/RN já ocupou lugar de destaque no cenário nacional, sendo considerada pela capacidade de captação de projetos e recursos e pela ação integral na promoção do desenvolvimento rural. O quadro atual de baixa cobertura e deficiência no atendimento, indica a necessidade de ações para alterar esse cenário e auxiliar os produtores rurais no acesso permanente ao conhecimento e a novas tecnologias. Os problemas estruturais de pessoal e financiamento da Emater sempre existiram. Para sua superação é necessário combinar gestão profissionalizada, criatividade e capacidade de buscar financiamento, cobrança por resultados baseada em indicadores e busca pela inovação. O novo governo do estado precisa assumir a liderança de um processo no âmbito estadual, de construção de um sistema que envolva os vários prestadores de serviços de ATER, em parceria, incluindo os integrantes do Sistema S, instituições privadas e organizações não governamentais.

O processo a ser desenvolvido deve organizar a oferta de serviços de ATER, trabalhar decisivamente na busca de financiamento e projetar a ampliação



do atendimento, com ATER de qualidade. A ANATER, além de outros demandantes do serviço de ATER no âmbito do governo federal podem representar importantes possibilidades de captação de recursos, desde que a Emater esteja adequadamente estruturada para atender as necessidades de cada demandante, em convergência com os interesses do desenvolvimento da agropecuária potiguar.

A reorganização da Emater para atender aos desafios que se apresentam deve contemplar a adequação de sua estrutura, a realocação de pessoas envolvidas com as atividades-meio para as atividades-fim e liberação de tempo dos técnicos alocados nos escritórios do interior, atualmente destinados para a burocracia, para que possam ampliar o atendimento aos agricultores nas propriedades. Também é preciso pensar na reposição, ao menos em parte, do grande número de técnicos aposentados recentemente.

Outro caminho para a ampliação da ATER no RN é estimular a maior participação dos municípios. A demonstração do montante de recursos que uma ação articulada de ATER é capaz de mobilizar para as economias locais pode representar um fator de estímulo para fazer crescer a ação municipal em ATER. Os municípios podem ter alguma forma de compartilhamento dos custos, bem como na criação de mecanismos diferenciados de contratação de técnicos e financiamento do serviço (como já ocorre em outros estados), tendo clareza que o retorno econômico propiciado será compensador. A criação da residência agronômica em extensão rural pode ser outro mecanismo inovador, dadas as instituições de ensino com cursos relevantes na construção do desenvolvimento rural sustentável que existem no RN (com destaque para a UFRN, UFERSA e as unidades do IFRN distribuídas pelo estado).

A ampliação do atendimento por ATER deverá considerar todas as possibilidades, incluindo sinergias que possam ser criadas no âmbito do próprio estado, como por exemplo, com o RN Sustentável, para o atendimento dos projetos nas áreas rurais.

Além de ampliar a disponibilidade da prestação de serviços de ATER, é de fundamental importância estabelecer um processo objetivo de acompanhamento e avaliação de seus resultados junto aos agricultores, atribuindo responsabilidades e premiando os agentes que conseguem melhorar o desempenho das unidades produtivas.

6.2.2 - Pesquisa e inovação

O RN apresenta importantes carências em termos de pesquisas aplicadas às necessidades dos produtores rurais, como atestam reivindicações de setores como a mandioca, cana-de-açúcar, fruticultura, pecuária, floricultura e outros,



que poderiam obter melhor produtividade se contassem com pesquisas voltadas para a utilização de variedades adequadas às suas condições climáticas. Além disso, esses segmentos também se ressentem da descontinuidade nas ações de pesquisa, como ocorreu com a mandioca na região de Vera Cruz poucos anos atrás. As pesquisas realizadas foram interrompidas e os produtores foram privados do acesso aos seus resultados. Realizadas as pesquisas, nem sempre são empreendidas ações de apropriação das novas tecnologias pelos agricultores, com unidades demonstrativas e outras formas.

É essencial aprimorar e articular o funcionamento dos órgãos responsáveis pela pesquisa, inovação e sua disseminação aos agricultores como a FAPERN, a EMPARN, a EMATER, e criar mecanismos que promovam a sua atuação conjunta, bem como a sua cooperação com as universidades que atuam em áreas correlatas ao desenvolvimento rural.

O estado tem que coordenar esse processo da pesquisa agropecuária e buscar novas fontes de financiamento em articulação com a Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERN, de modo que a pesquisa agropecuária tenha prioridade na aplicação dos recursos direcionados para esta finalidade. Essa articulação interinstitucional deve possibilitar a estruturação de um “sistema” voltado para a pesquisa, extensão, assistência técnica e inovação, que funcione em sintonia com a defesa agropecuária e organizações de representação dos produtores, de modo a melhor captar suas necessidades e poder desenvolver ações permanentes de apropriação de novas tecnologias pelos produtores rurais. Com isso será possível obter à elevação da produtividade e inovação dos principais setores de interesses econômicos da agricultura, tais como a carcinicultura, fruticultura, pecuária, apicultura, etc.

6.2.3 - Defesa Agropecuária

A produção agropecuária é fundamental para a segurança alimentar da população. O IDIARN é o órgão com a missão de exercer a defesa e inspeção agropecuária, assegurando a oferta de produtos de qualidade, contribuindo para a preservação da saúde pública, do meio ambiente e o aumento da competitividade dos produtos de origem animal e vegetal produzidos no RN, de forma continuada. Para isso, deve atuar na vacinação e na realização de atividades que garantam a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal, como a proteção das fronteiras estaduais para prevenir a entrada de pragas e doenças exóticas.

O RN possuí diferenciais relevantes que podem contribuir para fomentar o desenvolvimento da agropecuária, em tempos que se ampliam as barreiras sanitárias.

Em termos de produção vegetal o Rio Grande do Norte há algum tempo possui uma área livre da mosca-das-frutas, permitindo a exportação de melão, melancia e abóbora para os EUA, Chile e Mercosul. Também possui dois acordos bilaterais com os EUA para exportar mamão e manga.

Na produção animal, há alguns anos o RN conquistou a condição de área livre de aftosa. Porém, para preservar essas conquistas, não perder e ampliar mercados, é fundamental a adequada estruturação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) no estado, reforçando o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), do MAPA, com a maior estruturação de Serviços de Inspeção Municipal (SIM) também mediante consórcios municipais. Essa ação permitirá ampliar a produção e o comércio de alimentos derivados de origem animal, como a carne de sol, o queijo de coalho e outros com a certificação de qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal com equivalente aos serviços de inspeção federal.

Pela natureza de suas atividades, a alocação dos recursos necessários para a atuação do IDIARN deve ser feita de forma contínua. Também é preciso criar uma rede de laboratórios credenciados através de parcerias com as Universidades e laboratórios privados, enquanto o Governo do Estado não consegue dispor de seus laboratórios oficiais. Devem ser assegurados recursos para a realização de ações de educação sanitária junto aos produtores, dentre outras que garantam a continuidade das ações de prevenção de doenças animais e pragas vegetais, e do uso correto dos insumos e das condições de produção.

6.2.4 - Fundo de Defesa Agropecuária - FUNAGRO

O Fundo de Defesa Agropecuária do RN, organização associativa civil sem fins lucrativos, voltada para cobrir situações emergenciais da produção agropecuária em termos sanitários, foi instituída, no entanto, não dispõe de recursos para atuar quando isso se fizer necessário. No processo de regulamentação da cobrança de taxas pelo IDIARN será preciso definir um percentual a ser destinado ao Funagro, de modo a compor suas receitas e possibilitar sua atuação, quando necessária.

6.3-DIVERSIFICAR AS AÇÕES PARA ATENDER TODOS OS PÚBLICOS

Para alcançar resultados, as políticas públicas necessitam de bases sólidas que contemplam desde a sua formulação a compreensão clara das necessidades de diversificação (de instrumentos, mecanismos de ação, etc.), compatibilizando as capacidades e recursos do setor público com a sensibilização e mobilização do apoio dos agentes econômicos e as possibilidades dos tipos de públicos, o que se constitui num desafio que exigirá importantes esforços de planejamento e coordenação.

Para os segmentos mais dinâmicos da agricultura potiguar, com bons indicadores de produtividade, as políticas públicas demandadas são mais especializadas, voltadas para a ampliação do acesso às tecnologias e inovações, que favoreçam sua expansão, em um ambiente propício ao empreendedorismo e ao desenvolvimento dos negócios. Para os pequenos agricultores, com pouca terra e limitação de acesso aos demais insumos produtivos, certamente as políticas produtivistas não representam o modelo mais indicado, sendo preciso tratar inicialmente da sua inclusão. Nestes casos, são mais importantes as estratégias que ampliem as oportunidades para o desenvolvimento do entorno, como infraestrutura, mercados etc. Por outro lado, quando se trata de atuar nas regiões onde predomina a pecuária as ações que devem ser desenvolvidas são diferenciadas com relação àquelas onde há o predomínio da fruticultura ou da carcinicultura, sendo que na primeira os atributos de aprimoramento dos sistemas produtivos e da promoção de práticas sustentáveis talvez sejam mais valorizados, enquanto nas outras a tecnologia, inovação, manejo de recursos hídricos e melhor ambiente de negócios devem prevalecer.

Isso significa dizer que os órgãos de coordenação e gestão da agricultura no estado têm de reforçar sua capacidade para realizar o planejamento adequado das políticas públicas prioritárias, calibrando a sua oferta com a demanda das regiões e com a necessidade do público-alvo. O processo de coordenação é

imprescindível considerando a grande diversidade de agentes, concepções, métodos, formatos organizativos, lugares sociais, objetivos e interesses que caracterizam a agricultura potiguar.

Esta pluralidade exige a coordenação dos diferentes elementos, a análise da realidade considerando os diversos enfoques e a intervenção em várias dimensões de maneira integrada. A melhoria das condições de vida no meio rural deverá considerar ações não só na produção e produtividade, como também nas dimensões social e ambiental da realidade do rural potiguar, considerando a necessidade de formulação de estratégias adequadas às particularidades dos diferentes segmentos.

Assim, é importante entender os aspectos mais relevantes do quadro conjuntural dos principais segmentos da agropecuária do Rio Grande do Norte, para que se possam ser formuladas propostas capazes de recuperar seu papel no desenvolvimento da economia do estado.





ANEXOS CARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS CADEIAS DO AGRO DO RN

PROPOSTAS PARA
A AGROPECUÁRIA
POTIGUAR 2023 . 2026

Quadro 1. Síntese das principais cadeias do agro potiguar. Caracterização dos sistemas produtivos e tendências

Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região	Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região
Apicultura	Mato Grande	Cluster de produção na região, baseada nas condições similares de solo, clima e cultura	Presença insuficiente, a jusante e a montante, com ausência de agentes comerciais	Ações e instituições de apoio insuficientes, com ausência de agentes financeiros	Boa infraestrutura, articulação entre os elos da cadeia e integração ao mercado	Crédito, assistência técnica, pesquisa e inovação, além da organização dos produtores insuficientes	Crescimento da produção e da importância financeira	Fruticultura (agroindústria)	Alto oeste	Agroindústria de derivados de frutas, ainda incipiente, dada a baixa oferta de matéria-prima	Fornecedores de insumos, agroindústrias e processadoras insuficientes, com disponibilidade de outros serviços	Assistência técnica e pesquisa presentes, mas insuficientes, organização econômica e social dos produtores é suficiente, da mesma forma que a atuação municipal e presença de agentes financeiros	Boa infraestrutura, aliada a disponibilidade de assistência técnica, pesquisa e inovação, organização dos produtores, articulação entre os elos da cadeia e integração ao mercado	A organização social e econômica precisa ser incentivada	Dependente da disponibilidade de matéria-prima, cuja produção precisa ser estimulada
Agricultura temporária	Vale do Assú	Produção de frutas (melão, melancia etc.) e outros (abóbora, milho etc.)	Fornecimento de insumos insuficiente Disponibilidade de assistência técnica privada e de agentes comerciais	Pouca participação das administrações municipais no apoio à agricultura Ausência da pesquisa e inovação, além da ATER pública	Disponibilidade de recursos hídricos	Logística de escoamento da produção com insuficiente conexão com o modal marítimo para exportação	Estabilidade	Fruticultura (agroindústria)	Mato Grande	Várias agroindústrias comunitárias, formadas principalmente por cooperativas e associações, ancorada numa produção diversificada	Fornecedores de insumos, agroindústrias e processadoras insuficientes, com disponibilidade de outros serviços e consultorias	Assistência técnica e pesquisa presentes, mas insuficientes, organização econômica e social dos produtores é suficiente, da mesma forma que a atuação municipal e presença de agentes financeiros	Boa infraestrutura, aliada a disponibilidade de assistência técnica, pesquisa e inovação, organização dos produtores, articulação entre os elos da cadeia e integração ao mercado	A organização social e econômica precisa ser incentivada	Estabilidade da produção, produtividade e importância econômica da cadeia na região, com crescimento das ocupações pelo aumento da demanda
Fruticultura (agroindústria)	Agreste	Produção de coco, escoado para as agroindústrias	Presença insuficiente de fornecedores de insumos e agroindústrias na região, com agentes comerciais e prestadores de serviços suficientes para as demandas	Assistência técnica e pesquisa insuficientes, enquanto a organização econômica e social dos produtores é suficiente, da mesma forma que a atuação municipal e presença de agentes financeiros	Boa infraestrutura, assistência técnica e gerencial (ATEG/Senar), articulação entre os elos da cadeia e integração ao mercado	Pesquisa e inovação para a cadeia, assim como organização dos produtores em associações e cooperativas	Estabilidade da produção, produtividade e importância econômica da cadeia na região, com crescimento das ocupações pelo aumento da demanda	Fruticultura (agroindústria)	Metropolitana	Unidades de processamento e beneficiamento de frutas, que realizam o escoamento por meio das agroindústrias	Fornecedores de insumos, agroindústrias e processadoras presentes, mas insuficientes, com disponibilidade de outros serviços e consultorias	Organização econômica e social dos produtores é suficiente, da mesma forma que a atuação municipal e presença de agentes financeiros	Boa infraestrutura, aliada a disponibilidade de assistência técnica, pesquisa e inovação, organização dos produtores, articulação entre os elos da cadeia e integração ao mercado	Assistência técnica e pesquisa presentes, mas insuficientes,	Estabilidade da produção, produtividade e importância econômica da cadeia na região, com crescimento das ocupações pelo aumento da demanda

Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região	Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região
Fruticultura (agroindústria)	Oeste	Variedade de agroindústrias comunitárias (cooperativas e associações) de polpas de frutas e demais derivados.	Oferta limitada de matéria prima na região. Fornecedores de insumos presentes, mas insuficientes, organização econômica e social dos produtores é suficiente, da mesma forma que a atuação municipal e presença de agentes financeiros	Assistência técnica e pesquisa presentes, mas insuficientes, organização econômica e social dos produtores é suficiente, da mesma forma que a atuação municipal e presença de agentes financeiros	Boa infraestrutura, aliada a disponibilidade de assistência técnica, pesquisa e inovação, organização dos produtores, articulação entre os elos da cadeia e integração ao mercado	Porém falta a matéria prima em alguns locais, e acabam comprando de outras regiões ou estados vizinhos. Assistência técnica e pesquisa presentes, mas insuficientes,	Estabilidade, com limitação de oferta e de recursos para novos investimentos	Agroindústria do leite	Seridó	Produtores de queijos e derivados, que geralmente tem a sua própria ordenha e/ou adquirem a matéria prima na região. Cadeia caracterizada pelo baixo grau de profissionalismo, tecnologia e cultura empreendedora	Ausência de fornecedores de insumos para a produção. Processadores, agroindústrias, consultorias técnicas diversas e agentes comerciais presentes na região, ainda que este último segmento em número insuficiente	Atuação municipal em agricultura insuficiente. Serviços públicos estaduais e municipais para o setor presentes de forma insuficiente, considerada a demanda, assim como a presença do sistema financeiro. Ausência de outros órgãos estaduais e de órgãos colegiados de discussão de agricultura	Identidade cultural da região na produção de queijos	Infraestrutura, crédito para a atividade, pesquisa e inovação insuficientes para o desenvolvimento da cadeia. Organização dos produtores, articulação e integração entre os elos da cadeia e a integração ao mercado incipientes e carecendo de maior desenvolvimento	Estabilidade, dado o padrão tecnológico empregado
Agroindústria do leite	Mato Grande	Processamento do leite e beneficiamento de seus derivados, ainda reduzida, mas em expansão na região	Fornecedores de insumos e prestadores de serviços de consultoria em pequeno número para o suporte às atividades	Organizações econômicas e políticas presentes. Órgãos colegiados e agentes financeiros presentes de forma suficiente	Boa infraestrutura	Assistência técnica, pesquisa e inovação insuficientes para avançar. A produção de matéria-prima pode avançar para ampliar possibilidades	Estabilidade, dado a demanda crescente pela produção. O suprimento de matéria-prima no volume necessário ainda não é seguro	Agroindústria pescado	Litoral Sul	Agroindústrias de processamento e beneficiamento de pescados como tilápias, camarões e moluscos bivalves	Fornecedores de insumos para a produção. Processadores e Agroindústrias Agentes comerciais (atacado e varejo). Consultorias técnicas diversas segmentos presentes de forma suficiente	Existem organizações econômicas e sociais dos produtores, assim como agentes financeiros. Órgãos colegiados e ações municipais presentes	Infraestrutura e condições locais. Universidades com ações de pesquisa e inovação para o desenvolvimento da cadeia	Estrutura de assistência técnica, pesquisa, inovação e apoio à comercialização	Estabilidade, ainda que haja aumento de demanda e produção, considerando a limitação de recursos atual
Agroindústria do leite	Metropolitana	Processamento do leite e beneficiamento de seus derivados, ainda reduzida, mas em crescimento	Prestadores de serviços de consultoria presentes na região. Fornecedores de insumos em pequeno número para o suporte às atividades. A presença de agentes comerciais, processadoras e agroindústrias é reduzida	Organizações econômicas e políticas presentes. Agentes financeiros presentes de forma suficiente. Órgãos colegiados em funcionamento	Boa infraestrutura	Assistência técnica, pesquisa e inovação insuficientes para avançar. A produção de matéria-prima ainda é baixa e pode avançar para ampliar possibilidades	Estabilidade, dado a demanda crescente pela produção. O suprimento de matéria-prima no volume necessário ainda não é seguro para indicar possibilidades de expansão								

Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região	Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região
Agroindústria pescado	Mato Grande	Poucas agroindústrias de processamento e beneficiamento de pescados. Possui alguns viveiros e que acolhe produções de fazendas de outras regiões	Fornecedores de insumos para a produção Processadores e Agroindústrias Agentes comerciais Consultorias técnicas diversas	Existem organizações econômicas e sociais dos produtores, assim como agentes financeiros Órgãos colegiados e ações municipais presentes	Infraestrutura e condições locais	Crédito Assistência Técnica Pesquisa e inovação Organização dos produtores Maior articulação e integração entre os elos da cadeia Integração ao mercado	Estabilidade, ainda que haja aumento de demanda e produção, considerando a limitação de recursos atual	Avicultura	Agreste	Sistema extensivo com instalações rústicas, voltado para a subsistência e com baixo grau de adoção de práticas de manejo alimentar, sanitário e genético específico para a finalidade (corte ou postura)	Existem fornecedores de insumos para a produção, mas são insuficientes Ausência de processadores e agroindústrias, bem como de agentes comerciais (atacado e varejo) e consultorias técnicas diversas	Ausência de atuação de órgãos municipais e estaduais no fomento ao desenvolvimento da cadeia Existem organizações econômicas e sociais dos produtores Agentes financeiros presentes	Atuação do Projeto Agronordeste proporcionando ATER e incrementos na produção	Burocracia no acesso ao crédito tem limitado a melhoria dos sistemas produtivos Dificuldades dos produtores na obtenção da certificação sanitária	Crescimento a partir da atuação do Agronordeste, com a ATEG expandindo a produtividade
Agroindústria pescado	Metropolitana	Agroindústrias de processamento e beneficiamento de pescados como tilápias e camarões em crescimento na região	Fornecedores de insumos para a produção Processadores e Agroindústrias Agentes comerciais Consultorias técnicas diversas segmentos presentes de forma suficiente	Existem organizações econômicas e sociais dos produtores, assim como agentes financeiros Órgãos colegiados e ações municipais presentes segmentos presentes de forma suficiente	Infraestrutura e condições locais	Estrutura de assistência técnica, pesquisa, inovação e apoio à comercialização Baixo grau de articulação e integração entre os elos da cadeia	Estabilidade, ainda que haja aumento de demanda e produção, considerando a limitação de recursos atual	Avicultura	Seridó	Maioria de pequenos produtores, produzindo de forma extensiva, com linhagens mestiças e estruturas rústicas	Existem fornecedores de insumos para a produção, mas são insuficientes. Ausência de processadores e agroindústrias, bem como de agentes comerciais (atacado e varejo) e consultorias técnicas diversas	Ausência de atuação de órgãos municipais e estaduais no fomento ao desenvolvimento da cadeia. Existem organizações econômicas e sociais dos produtores. Agentes financeiros presentes	Atuação do Projeto Agronordeste proporcionando ATER e incrementos na produção	Burocracia no acesso ao crédito tem limitado a melhoria dos sistemas produtivos. Dificuldades dos produtores na obtenção da certificação sanitária	Crescimento a partir da atuação do Agronordeste, com a ATEG expandindo a produtividade.
Agroindústria pescado	Oeste	Poucas agroindústrias de processamento e beneficiamento de pescados, com cultivo de moluscos em crescimento na região	Fornecedores de insumos para a produção Processadores e Agroindústrias Agentes comerciais Consultorias técnicas diversas segmentos presentes de forma suficiente	Existem organizações econômicas e sociais dos produtores, assim como agentes financeiros Órgãos colegiados e ações municipais presentes	Infraestrutura e condições locais apoio de instituições locais na pesquisa e inovação Bom grau de articulação e integração entre os elos da cadeia	Estrutura estadual de assistência técnica pesquisa e inovação insuficientes para apoiar a cadeia	Estabilidade, ainda que haja aumento de demanda e produção, considerando a limitação de recursos atual	Bovino de corte	Agreste	Criação extensiva (predominância da raça nelore) em pastagens nativas ou cultivadas, com animais mantidos assim o ano inteiro, com suplementação por proteinado na época seca	Presença de fornecedores de insumos para a produção, agentes comerciais e consultorias técnicas diversas	Presença de organizações políticas dos produtores e de agentes financeiros A atuação dos órgãos públicos municipais e estaduais são insuficientes para impulsionar a cadeia na região	Região tradicional de criação de bovinos de corte, seja na venda de animais para abate ou para recria Presença da ATEG	Infraestrutura precária Acesso ao crédito limitado Ausência de pesquisa e inovação para a cadeia Não há organização econômica dos produtores Baixo grau de articulação e integração entre os elos da cadeia e de integração ao mercado	Crescimento, pelas ações de aumento do rebanho e intensificação da produção

Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região	Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região
Bovino de Leite	Médio Oeste Potiguar	Produtores de médio e pequeno porte que vendem leite in natura para laticínios da região. Algumas propriedades possuem tanque próprio de refrigeração, outras entregam o leite no "latão". Nenhuma delas faz pasteurização. Alguns produtores fazem queijos artesanais e manteiga da terra agregando valor aos produtos. Toda a produção é feita de maneira artesanal.	Os serviços privados, apesar de existirem na região, não são suficientes para dar o suporte adequado à atividade. Ausência de serviços mais especializados, como manutenção de ordenhadeira mecânica.	Presença de secretarias municipais de agricultura e de assistência técnica estadual Não há atividades de pesquisa e inovação para a cadeia na região Produtos possuem organização social e econômica Agentes financeiros presentes	Disponibilidade atual de assistência técnica (ATEG e ATER)	Ausência de pesquisa e inovação para a cadeia na região Baixo grau de integração ao mercado	Atividade em estabilidade em face do aumento da produtividade, com tendência ao declínio devido à redução do rebanho elevação dos preços dos insumos e redução da disponibilidade de mão de obra	Cana-de-açúcar	Litoral Sul	Produção de cana própria pela usina, com predomínio da mecanização Cana de fornecedores com predomínio da colheita manual	Os fertilizantes são adquiridos em outros estados Presença de todos os serviços de apoio para a cadeia, com alguns técnicos vindos de outros estados para atender os produtores	Há apoio por parte das administrações municipais e estaduais para a atividade O setor possui organização	Disponibilidade de terras para a produção Articulação com os poderes e presença de empresa	Déficit hídrico, indicando a necessidade de ampliar a irrigação Capacidade de absorção local limitada e necessitando de modernização	Com produção estável, tendência de crescimento do rendimento, produtividade e da ocupação de mão de obra
								Agroindústria - Cana-de-açúcar	Mato Grande	Opera no limite da sua capacidade (240 mil ton) no período de set/dez, normalmente com 1/3 de produção própria e 2/3 de terceiros. Essa configuração em face da estiagem, que excluiu da atividade muitos produtores	O setor privado consegue suprir parte das necessidades, mas o que não obtém na região busca em Mossoró ou em outros estados como AL e PE A agroindústria não se utiliza de serviços públicos Utiliza os cursos do Sistema S, como o Senar e o Senai	Boas condições da região, de um modo geral	Custos de produção crescentes	Estabilidade com viés de crescimento, caso permaneçam as condições climáticas favoráveis	
Cana-de-açúcar	Agreste	Atividade tradicional pela proximidade de duas usinas (Estivas e Ceará-Mirim). O sistema de colheita ainda é manual, com a queimada das lavouras e baixa utilização de tecnologia	O setor privado não supre toda a demanda por insumos, requerendo deslocamentos para aquisição Pouco suporte de outras atividades, inclusive consultoria	A assistência aos produtores é feita pelo Senar e Sebrae, porém insuficiente Poucos produtores atendidos pela estrutura estadual Municípios pouco atuantes O BNB é o principal agente financeiro (especialmente com o Agroamigo)	Infraestrutura e logística (proximidade com a capital e usinas) A atual disponibilidade da ATEG (do Senar) pelo Agronorte Acesso dos produtores às inovações (pelos técnicos da ATEG)	Burocracia no acesso ao crédito, principalmente pelo pequeno produtor Inexistência de organização econômica dos produtores Baixo grau de sinergia entre os elos da cadeia	Estabilidade, em face do longo período de estiagem, compensado pela melhoria dos recursos de manejo	Carcinicultura	Litoral Sul (42 municípios)	Fornecedores de insumos, agroindústrias e processadoras presentes Deficiência na presença de agentes comerciais Produtos possuem organização social e econômica Agentes financeiros presentes	Presença de secretarias municipais de agricultura e de assistência técnica estadual Não há atividades de pesquisa e inovação Produtos possuem organização social e econômica Agentes financeiros presentes	Elevado grau de formalização da atividade Condições ambientais e climáticas	Déficit nos processos de pesquisa (genética) e de inovação Restrição de acesso à determinados mercados e questões tributárias	Crescimento, com ampliação da produção, produtividade, geração de empregos e da importância financeira da cadeia.	

Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região	Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região
Carcinicultura	Vale do Assú	Produção e processamento de camarão	Ausência de fornecedores de ração na região. Há disponibilidade de consultorias e agentes comerciais, mas insuficientes para as necessidades. As processadoras são em quantidade limitada	Os órgãos públicos (municipais e estaduais) não disponibilizam apoio para a cadeia na região. Ausência de organização dos produtores	Crédito disponível Presença de unidades de processamento	Ausência de apoio por parte dos órgãos públicos Grau de organização dos produtores	Crescimento, devido ao surgimento de novos produtores	Mandiocultura	Agreste	Atividade realizada predominantemente de forma manual, com pouco uso de maquinário no plantio e baixa tecnologia, como novas cultivares, enraizantes e adubos foliares. A cadeia é bem desenvolvida, com muitos produtores ativos e um território com muitas casas de farinha.	O suporte privado existe na região, no entanto, não provê todos os insumos necessários e os agentes comerciais são limitados, para o caso de elevação da demanda.	A atuação pública é bastante limitada, com atendimento restrito por ATER e uma ação municipal pequena. Não há iniciativas de pesquisa e inovação. A organização social e econômica dos produtores é praticamente inexistente. O principal agente financeiro é o BNB, com ênfase na concessão do Agroamigo.	áreas propícias para a atividade melhoramento genético das cultivares utilizadas na região reestruturação das casas de farinhas para adequação estrutural à legislação. Atuação da ATEG do Senar no Agronordeste, inclusive levando inovações aos produtores	fatores climáticos, uma vez que a produção é de sequeiro. Burocracia excessiva para o acesso ao crédito pelos pequenos produtores ausência de organização dos produtores baixo grau de atendimento das normas sanitárias	Estabilidade, considerando que alguns ganhos de produtividade no manejo da cultura compensaram as perdas da longa estiagem recente
Horticultura	Oeste	Canteiros voltados principalmente a produção de coentro, alface, pimenta e pimentão. Utilização de sombrite no verão, para mitigar os efeitos da alta temperatura	As atividades privadas de suporte existem, mas aquém das necessidades, principalmente quando se considera a situação pós-ponteira (comercialização e processamento). Agentes financeiros presentes, mas de forma insuficiente	Presença de secretarias municipais de agricultura e de assistência técnica estadual, com reduzida atuação. Não há atividades de pesquisa e inovação. Produtores possuem organização social e econômica limitada.	Possibilidade de atendimento ao mercado local com produção de qualidade	A estruturação da cadeia ainda é insípiente, o que traz limitações na obtenção de acesso ao crédito, mercado e viabilização de outros requisitos para melhorar a produção	Tendência de estabilidade	Ovinocaprino-cultura	Agreste	Em estruturação, em termos de infraestrutura, manejo da alimentação (conservação de forragem, mineralização do rebanho), sanidade (vacinação e vermiculgação), reprodução e descarte orientado para reposição com animais geneticamente superiores para melhorar o rebanho	O setor privado não supre adequadamente as necessidades da cadeia na região. A comercialização é de animais vivos em feiras e para intermediários, dada a ausência de unidades de abate e processamento com certificação sanitária. O suporte para a atividade é disponibilizado por Senar e Sebrae, mas não supre toda a demanda	A atuação pública é bastante limitada, com atendimento restrito por ATER e uma ação municipal pequena. Não há iniciativas de pesquisa e inovação. A organização social e econômica dos produtores é praticamente inexistente. O principal agente financeiro é o BNB, com ênfase na concessão do Agroamigo.	burocracia excessiva para o acesso ao crédito pelos pequenos produtores ausência de organização dos produtores	Estabilidade. Os índices produtivos e econômicos poderiam ser maiores, mas a pandemia e um período de estiagem longo limitou os investimentos dos produtores na atividade	

Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região	Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região
Ovinocaprino-cultura	Alto Oeste Potiguar	A criação de ovinos e caprinos, podendo ser feita em consórcio e não possui grande exigência de tamanho de área produtiva. Na região o foco é maior em ovinos de corte, ocorrendo também os caprinos de corte e produções mistas, em sistema semi-intensivo e ou extensivo, com média de 80 cabeças por propriedade para consumo doméstico e comercialização local	Os fornecedores de insumos não da região não suprem a variedade de produtos e preços que a atividade requer, obrigando a recorrer a outras regiões e estados vizinhos para a aquisição. A região não conta com agroindústrias ou frigoríficos para beneficiamento da produção. A comercialização é feita com atravessadores. A consultoria especializada é prestada por SENAR e SEBRAE (não é gratuita)	Os municípios têm baixa capacidade para atender as demandas dos produtores ATÉR estadual é pouco relevante, assim como a pesquisa, apesar da presença de instituições na região. Ausência de organização social e econômica dos produtores	A infraestrutura e proximidade da região com os estados da Paraíba e Ceará são importantes para diversificação da cadeia (obtenção de animais de genética diferenciada) Capacidade dos produtores investirem em fontes de armazenamento de água	Burocracia excessiva na aprovação de projetos de acesso ao crédito. Assistência técnica limitada à ATÉG disponibilizada pelo SENAR - RN. Ausência de inovação e pesquisa para a cadeia. Não há organização social e econômica dos produtores. Não articulação entre os elos da cadeia e a integração ao mercado ocorre via atravessados.	Crescimento devido a melhora nos preços de mercado. Neste cenário o produtor tem investido na produção	Piscicultura	Agreste	Não há loja para o fornecimento de insumos, só representantes comerciais. Não há fábrica de ração na região. Há uma cooperativa para processamento, com SISBI. Atuação de agentes comerciais de PE na região. Consultorias proporcionadas por Senar e Universidades	Os municípios auxiliam com o corte de terra. Não há assistência técnica, pesquisa e inovação por órgãos estaduais. A organização social e econômica dos produtores é praticamente inexistente. Presença de agentes financeiros	Burocracia excessiva na aprovação de projetos de crédito. Necessidade de avanço nas pesquisas de qualidade da água. Oferta de assistência técnica limitada e consultorias caras e de baixa qualidade. Baixo grau de organização dos produtores e de simergia entre os elos da cadeia. Mercado pouco estruturado no estado	Declínio, pela redução de investimentos. Os custos de produção são crescentes, enquanto o preço do peixe não tem se elevado nos mesmos índices		
Ovinocaprino-cultura	Sertão Central	Predomina o sistema de criação extensivo, direcionado para a subsistência das famílias	O fornecimento de insumos é insuficiente para as necessidades	Apesar da organização dos produtores estar institucionalizada, o grau de participação é baixo	Relativa disponibilidade de ATÉG	A infraestrutura é limitada. O acesso ao crédito ainda é limitado, pela grande burocracia. Ausência de pesquisa e inovação. Integração ao mercado em construção		Fruticultura	Agreste	O comércio de insumos é insuficiente em muitos municípios da região. A comercialização da produção de frutas ainda é bastante alicerçada em intermediários, o que sugere que poderia ser melhorada. Os apoios especializados são disponibilizados por Senar e Sebrae, porém em quantidade insuficiente	Os municípios são pouco atuantes no apoio à fruticultura. A ATÉG estadual tem baixa cobertura. Outros serviços como pesquisa e inovação são praticamente inexistentes. Não há organização social e econômica dos produtores. O principal agente financeiro é o BNB, com ênfase na concessão do Agroamigo	Baixo grau de organização dos produtores. Assistência técnica limitada à ATÉG disponibilizada pelo SENAR - RN. Mercado pouco estruturado para a fruticultura na região. Burocracia excessiva para o acesso ao crédito pelos pequenos produtores	Estabilidade o longo período de estiagem limitou a atividade, que se manteve devido aos melhores recursos de manejo da assistência técnica		

Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região	Cadeia	Região	Características do sistema produtivo local	Atividades privadas de apoio à cadeia	Atividades de natureza pública e organizativa	Fatores que fortalecem a cadeia na região	Fatores insuficientes para o desenvolvimento da cadeia	Tendência da cadeia na região				
Fruticultura	Mato Grande	Predomina a produção irrigada, com utilização de baixo nível tecnológico	O fornecimento de insumos consegue suprir as necessidades da cadeia. Ausência de consultoria especializada. Poucas processadoras e agroindústrias em relação ao volume produzido. Os agentes comerciais só suprem as necessidades em conjunturas de preços favoráveis	Reduzida ação das secretarias municipais. Pouca cobertura de ATER pela rede estadual. Inexistência de ações de pesquisa e inovação.	Boas condições edafoclimáticas para a produção na região	Infraestrutura viária com más condições de conservação. Pesquisa e inovação restrita ao setor privado (fornecedores de insumos). Poucas organizações de produtores. Baixa sinergia entre os diferentes segmentos de produtores. Os agentes financeiros não atendem as necessidades de financiamento de médios e grandes	Estabilidade, a elevação dos custos de produção refreou a tendência de crescimento da cadeia na região	Fruticultura	Vale do Assú	Produção de banana e manga para o mercado interno e exportação.	Fornecimento de insumos, consultoria especializada e demais serviços são suficientes. Ausência de agroindústrias e unidades processadoras. Poucos agentes comerciais. Consultorias com limitado grau de especialização	Disponibilidade de recursos hídricos. Incentivo no custo da energia para o irrigante. Possibilidade de acesso ao crédito. Sistemas produtivos atendem às exigências do mercado	Baixo grau de organização dos produtores em geral (principalmente para comercialização). Ausência de incentivos governamentais nas ações da cadeia	Estabilidade, dada a segurança no acesso à água, pelo menos no médio prazo (8 anos) e a elevação dos custos de produção. Crescimento da qualidade e do rendimento financeiro. Declínio nas ocupações geradas					
Fruticultura	Oeste/Alto Oeste	Sistema de produção irrigada, com programação de plantio e colheita para o período da estiagem. Plantio voltado principalmente à exportação	Os agentes locais não conseguem suprir as necessidades de insumos. Disponibilidade de consultorias especializadas. Não há presença de agroindústrias e agentes comerciais para a cadeia	Não há atuação significativa dos órgãos públicos, municipais e estaduais. Organização dos produtores para a exportação - COEX	Boa integração ao mercado	Infraestrutura deficitária na região (viária; qualidade da energia; conectividade). Ausência de laboratórios de análises dos produtos na região. Disponibilidade de assistência técnica privada. Boa integração entre os elos da cadeia	Tendência de estabilidade, dado o impacto da pandemia e a elevação dos custos de produção	Apicultura	Mato Grande	Produção dispõe de mercados, mas há ausência de agroindústrias	Crédito, assistência técnica, pesquisa e inovação	Criação de parcerias e arranjos entre os vários agentes	planejamento estratégico do APL na região	Apicultura	Vale do Assú	Principalmente voltado para exportação, mas com parcela menor destinada ao abastecimento interno	Ausência de mão de obra qualificada	Boas condições para a diversificação da produção. Disponibilidade de recursos hídricos	Melhorar a infraestrutura para o escoamento da produção e para a ampliação das áreas irrigadas (DIBA). Investir nos processos de formação de mão de obra.
								Fruticultura (agroindústria)	Agreste	Mercado de âmbito regional, estadual e para estados vizinhos	Políticas públicas insuficientes para estimular a legalização da cadeia	Legalizar a cadeia e ações que permitam divulgar os produtos, para ampliar mercados	Melhorar sistemas de informações da cadeia. Sinergia entre produtores para fortalecer a cadeia						

Quadro 2. Síntese das principais cadeias do agro potiguar. Caracterização de mercados, potencialidades e sugestões de estratégias para o crescimento

Cadeia	Região	Mercado	Gargalos	Potencialidade	Estratégias
Apicultura	Mato Grande	Produção dispõe de mercados, mas há ausência de agroindústrias	Crédito, assistência técnica, pesquisa e inovação	Criação de parcerias e arranjos entre os vários agentes	planejamento estratégico do APL na região
Agricultura temporária	Vale do Assú	Principalmente voltado para exportação, mas com parcela menor destinada ao abastecimento interno	Ausência de mão de obra qualificada	Boas condições para a diversificação da produção. Disponibilidade de recursos hídricos	Melhorar a infraestrutura para o escoamento da produção e para a ampliação das áreas irrigadas (DIBA). Investir nos processos de formação de mão de obra.
Fruticultura (agroindústria)	Agreste	Mercado de âmbito regional, estadual e para estados vizinhos	Políticas públicas insuficientes para estimular a legalização da cadeia	Legalizar a cadeia e ações que permitam divulgar os produtos, para ampliar mercados	Melhorar sistemas de informações da cadeia. Sinergia entre produtores para fortalecer a cadeia

Cadeia	Região	Mercado	Gargalos	Potencialidade	Estratégias
Fruticultura (agroindústria)	Alto oeste	Mercado de âmbito regional, estadual	Políticas públicas insuficientes para estimular a legalização da cadeia	Legalizar a cadeia e ações que permitam divulgar os produtos, para ampliar mercados	Fortalecer a integração entre os elos da cadeia para fortalecer a atuação integrada. Políticas de incentivo à legalização. Melhorar sistemas de informações da cadeia
Fruticultura (agroindústria)	Metropolitana	Proximidade do mercado consumidor facilita o escoamento da produção	Políticas públicas insuficientes para estimular a legalização da cadeia. Limitação de crescimento nas áreas metropolitanas	Incentivar a maior sinergia entre os elos da cadeia para aproveitar as facilidades de escoamento da produção	Fortalecer a integração entre os elos da cadeia para fortalecer a atuação integrada. Políticas de incentivo à legalização. Melhorar sistemas de informações da cadeia
Fruticultura (agroindústria)	Oeste	predominante de âmbito estadual. Escoamento para o mercado regional e interestadual também presente	Políticas públicas insuficientes para estimular a legalização da cadeia	Fortalecimento das cooperativas e criação de parcerias e arranjos entre os vários agentes	Fortalecer a integração entre os elos da cadeia para fortalecer a atuação integrada. Políticas de incentivo à legalização. Melhorar sistemas de informações da cadeia
Agroindústria do leite	Mato Grande	predominante de âmbito estadual bom escoamento para o mercado regional	Obtenção da inspeção sanitária ainda é um processo complexo. Órgão estadual não atende a demanda. Pesquisa e inovação para a cadeia ainda insuficiente. Organização dos produtores (associativismo e cooperativismo) necessita de evolução	Melhoria na divulgação da produção. Ampliar mecanismos de acesso aos mercados. Buscar reconhecimento e valorização da produção	Ampliar a interação e a criação de sinergias entre os elos da cadeia. Estimular inovações e políticas públicas que promovam o melhoramento dos processos e formalização das atividades
Agroindústria do leite	Seridó	predominante de âmbito regional, com bom escoamento para o mercado estadual	Infraestrutura de acesso, qualidade de matéria prima e burocracia excessiva nos processos regulatórios	estruturação dos órgãos regulatórios para atuar de forma proativa na região, impulsionando o desenvolvimento da atividade	Fortalecimento da educação tecnológica. Assistência técnica e gerencial aos produtores

Cadeia	Região	Mercado	Gargalos	Potencialidade	Estratégias
Agroindústria pescado	Litoral Sul	Produção voltada para o mercado estadual e interestadual, com uma parcela da produção sendo destinada ao consumo regional	Regularização da inspeção sanitária da atividade	Condições ambientais e socioculturais da região favoráveis à atividade, com adequado suprimento de matéria-prima. Diversificação da produção e valorização da cadeia	Estruturação de arranjos para impulsionar a colaboração entre os diferentes elos da cadeia e, consequentemente, o seu fortalecimento. Maior suporte de políticas públicas de fomento e incentivo à atividade
Agroindústria pescado	Mato Grande	Produção voltada para o mercado estadual, interestadual e regional	Regularização da inspeção sanitária da atividade	Condições ambientais locais favoráveis à atividade. Disponibilidade de matéria-prima.	Estruturação de arranjos para impulsionar a colaboração entre os diferentes elos da cadeia e, consequentemente, o seu fortalecimento. Maior suporte de políticas públicas de fomento e incentivo à atividade
Agroindústria pescado	Metropolitana	Produção voltada para o mercado estadual, com menores parcelas destinadas aos mercados interestadual e regional	Regularização da inspeção sanitária da atividade	Condições do ambiente local favoráveis. Proximidade dos viveiros e unidades produtivas. Facilidade em dispor de mão de obra	Estruturação de arranjos para impulsionar a colaboração entre os diferentes elos da cadeia e, consequentemente, o seu fortalecimento. Maior suporte de políticas públicas de fomento e incentivo à atividade
Agroindústria pescado	Oeste	Produção voltada para o mercado estadual, interestadual e regional	Regularização da inspeção sanitária da atividade	Condições ambientais locais favoráveis à atividade. Proximidade dos viveiros e unidades produtivas	Estruturação de arranjos para impulsionar a colaboração entre os diferentes elos da cadeia e, consequentemente, o seu fortalecimento. Maior suporte de políticas públicas de fomento e incentivo à atividade

Cadeia	Região	Mercado	Gargalos	Potencialidade	Estratégias
Avicultura	Agreste	Predominante regional, com direcionamento parcial para o estado como um todo. Principal desafio é superar a irregularidade da produção	Remuneração justa pela produção, em face do grande aumento dos custos de produção	Comercialização de pintinhos. Melhoramento genético pode impulsionar a produção de postura.	Estimular organização econômica dos produtores (cooperativismo) para aquisição de insumos e eficiência na comercialização. Suporte para atuação das secretarias de municípios em ações de inclusão produtiva, tendo a avicultura como opção
Avicultura	Seridó	Regional e estadual. A obtenção da certificação sanitária e a ausência de organização econômica dos agricultores são os grandes fatores limitantes de acesso ao mercado	Infraestrutura precária. Acesso ao crédito burocratizado. Ausência de pesquisa e inovação para a cadeia. Ausência de articulação e integração entre os elos da cadeia	Não há registro de ocorrência de doenças infecto-contagiosas na região, condições favoráveis para desenvolver a atividade. Mercado consumidor em alta	Ampliar a certificação sanitária da atividade. Fortalecer arranjos voltados para as compras públicas da produção. Fomentar a organização econômica dos produtores. Estrutura coletiva voltada ao beneficiamento da produção
Bovino de corte	Agreste	Mercado predominantemente regional, com atuação de atravessadores e aquisições de quantidades limitadas	A ausência de unidades processadoras (frigoríficos e abatedouros municipais). Mercado pouco estruturado para absorver a produção	Condições edafoclimáticas da região e possibilidade de manter o sistema com produção à pasto	Instalação de abatedouro com inspeção sanitária. Estruturação de um mercado capaz de absorver a produção da região

Cadeia	Região	Mercado	Gargalos	Potencialidade	Estratégias
Cana-de-açúcar	Agreste	De âmbito regional, considerando a viabilidade econômica do transporte desde as áreas de produção até as usinas	Limitação de recursos hídricos. Processamento concentrado em apenas duas usinas. Elevados custos dos insumos de produção	tipo de solo e relevo que favorecem o desenvolvimento da atividade	Melhorar a organização dos produtores para aquisição coletiva de insumos. Fomento a abertura de poços para "irrigação de salmão". Ampliar a atuação das secretarias municipais no fomento à organização dos produtores
Cana-de-açúcar	Litoral Sul	Predominantemente estadual, mas chega a outros estados. Podem explorar o mercado asiático com produtos processados	Necessidade de ampliar a infraestrutura para escoar a produção processada	Articulação existente entre os elos da cadeia. Bom grau de vinculação ao mercado	Fomentar parcerias público-privadas para prover infraestrutura para superar déficit hídrico. Modernização da estrutura portuária
Agroindústria Cana-de-açúcar	Mato Grande	RN e CE, sem qualquer problema de acesso	Quando as condições climáticas são desfavoráveis. Elevação dos custos dos insumos	As condições edafoclimáticas da região. Investir na produção de açúcar (o que não está na agenda da agroindústria). Ampliar a produção de matéria prima no entorno	Ampliar o financiamento do custeio e o apoio técnico para produção de matéria-prima por parte do estado e municípios. A Coplacana e a Associação dos produtores passarem a atuar na compra coletiva de insumos
Carcinicultura	Litoral Sul (42 municípios)	Interno do Brasil, de modo geral, que é muito bom. Possibilidade de acesso a outros mercados, como o europeu seria de grande relevância. A China é o principal consumidor	Aspectos da genética - reprodutores com genética avançada. Questões tributárias (incidência de PIS e COFINS). Excessiva burocacia na atividade	As condições da região, com disponibilidade de água, temperatura adequada e regime de chuvas adequado	Liberação da utilização de genética avançada para ampliar a produção. Redução da carga tributária sobre a atividade. Valorização do papel do produtor como parceiro do meio ambiente
Carcinicultura	Vale do Assú	Produção predominantemente direcionada para o mercado da região sudeste e sul	Acesso ao mercado feito por atravessadores. Baixo grau de organização dos produtores.	Disponibilidade de recursos hídricos. Boas condições do solo. Infraestrutura de estradas da região	Desenvolver processos de estímulo à organização dos produtores. Desenvolver o processamento e a comercialização na cadeia

Cadeia	Região	Mercado	Gargalos	Potencialidade	Estratégias
Horticultura	Oeste	Local, com possibilidades de expansão para municípios vizinhos	A aplicação da tecnologia mais adequada para lidar com as altas temperaturas do verão ou com o excesso de chuvas no inverno. Cadeia produtiva pouco estruturada ainda	As condições da região permitem boa produção de coentro, principalmente	Fomentar a organização dos produtores e a estruturação de uma cooperativa. Obter apoio para o financiamento, que possibilite a adequação dos sistemas de produção
Mandiocultura	Agreste	Predominantemente regional. Presença de muitas casas de farinha, favorecendo o escoamento da produção	O valor de mercado não remunera adequadamente a produção. Limitação de recursos hídricos, para fazer irrigação em períodos de estiagem. Ausência de organização econômica dos produtores eleva os custos da atividade	produção e comercialização dos subprodutos da mandioca, como a silagem, presença de várias casas de farinha na região, configurando a estrutura de processamento, assegurando a comercialização	Incentivar a continuidade da reestruturação das casas de farinha, adequando-se a legislação sanitária. Estimular a organização econômica dos produtores. Análise de viabilidade e disseminação da irrigação entre os produtores. Envolvimento dos municípios no processo de dinamização da cadeia na região
Ovinocaprinocultura	Agreste	Exclusivamente regional. Ausência de abatedouro certificado na região torna a comercialização praticamente restrita aos atravessadores que, por sua vez, vendem em feiras livres e mercados locais. Há produtores que abatem na propriedade e vendem aos moradores locais	Irregularidade na produção, em face dos períodos secos. A padronização dos cortes limita a agregação de valor e concentra o acesso ao mercado via atravessador. Ausência de unidade processadora com certificação sanitária na região	Demandas de mercado crescente para a atividade. Possibilidades de elevação dos índices e melhoria da produtividade no curto prazo. Possibilidade de comercialização da genética (animais puros e meio sangue) para melhoramento de rebanhos	Promover a revitalização de algum abatedouro na região, com certificação sanitária. Estimular a organização econômica dos produtores. Diferenciação de cortes, para a agregação de valor à produção. Envolvimento dos municípios no processo de dinamização da cadeia na região

Cadeia	Região	Mercado	Gargalos	Potencialidade	Estratégias
Ovinocaprinocultura	Alto Oeste Potiguar	Exclusivamente regional	Ausência de abatedouro com inspeção sanitária (necessidade de estudo de viabilidade) o mercado que recebe a carne não diferencia o cordeiro precoce de um animal velho (com abate clandestino), remunerando-os no mesmo patamar	diversidade de raças encontradas e o entendimento dos produtores para a aptidão de cada uma e sua capacidade de aumentar o valor da comercialização. Existência na região do selo "Nossa Empresa Rural" que criou nos produtores a visão sobre capacidade de investimento e organização dos custos e receitas da atividade, facilitando a assimilação de indicadores sobre sua capacidade de crescimento e viabilidade para permanecer na atividade	Implantar unidade de beneficiamento de carnes, produção de derivados e embutidos, com certificação sanitária. Adotar instrumentos de valorização da produção de caprinos e ovinos da região. Fomentar o associativismo e cooperativismo dos produtores, para criar um rotulo e outros instrumentos para agregar valor à produção local.
Ovinocaprinocultura	Sertão Central	Limitado pela ausência de certificação sanitária do abate	Ausência de frigorífico na região	Condições favoráveis para o desenvolvimento da atividade	Estabelecer um arranjo local, com a participação governamental e do setor privado, que possibilite o funcionamento de uma unidade de abate com certificação sanitária
Piscicultura	Agreste	Predominantemente regional elevados custos para acessar mercados maiores, além da ausência de consultoria especializada para isso	Ausência de instrumentos e consultoria especializada para acessar mercados maiores. Falta de apoio governamental para impulsionar a cadeia. Ausência de mecanismos de integração com a indústria de ração. Segurança hídrica. Rusticidade na produção de panga e tilápia. Boa aceitação e mercado favorável para a produção	Elevada carga tributária sobre a cadeia. Dificuldade na obtenção do licenciamento ambiental.	Estimular a organização econômica dos produtos, com estruturas profissionalizadas e com capacidade de oferecer apoio para acesso ao mercado. Inclusão desses produtos nas aquisições institucionais. Estudar a viabilidade de redução da carga tributária, como mecanismo para impulsionar o crescimento da cadeia.

Cadeia	Região	Mercado	Gargalos	Potencialidade	Estratégias	Cadeia	Região	Mercado	Gargalos	Potencialidade	Estratégias
Fruticultura	Agreste	A maior parte da produção é escoada para outros estados, mas parte fica na região e outra no estado	a produção é de sequeiro, concentrando produção e colheita, com redução de preços de determinadas culturas, mercado pouco estruturado, com número limitado de compradores, ausência de organização dos consumidores para a comercialização, disponibilidade limitada de recursos hídricos	Tipo de solo e disposição das áreas que favorecem o desenvolvimento da atividade. Possibilidades de beneficiamento de determinadas culturas (como o caju). Facilidade de vinculação da produção de processados com a cadeia do turismo	Avaliação do potencial hídrico, com fomento à perfuração de poços e instalação de sistemas de irrigação onde isso se mostrar viável. Fomentar processos de organização econômica dos produtores, principalmente para a aquisição de insumos e comercialização da produção. Fomento ao beneficiamento da produção, via agroindústrias comunitárias. Adotar iniciativas que estimulem as secretarias municipais para apoiar e incrementar a atividade na região	Fruticultura	Oeste/Alto Oeste	Mercado nacional e internacional. Possibilidade de expansão para outros mercados, como a China (Ásia) e Oriente Médio	Alguma limitação no acesso aos insumos necessários. Dificuldades na obtenção do licenciamento ambiental e da outorga de água, bem como outras respostas do órgão ambiental estadual. Restrição no uso de agroquímicos. Exigências do mercado externo em relação ao desmatamento. Toda a embalagem primária tem origem externa à região. Dificuldade na obtenção de mão-de-obra adequada para automação	Condições edafoclimáticas da região. Disponibilidade de água para irrigação	Estabelecer políticas e instrumentos de incentivo à instalação de indústrias na região. Investimentos na recuperação e expansão da infraestrutura viária, principalmente na ligação com o porto da capital. Melhoria na infraestrutura portuária e na disponibilidade de navios. Cursos de formação especializados para automação. Melhoria da formação dos engenheiros da região, para lidarem com a realidade da fruticultura da região. Análise da viabilidade de transporte ferroviário para a região. Análise da viabilidade de instalação de um porto seco na região, para facilitar os trâmites de exportação
Fruticultura	Mato Grande	Principalmente interestadual. Os preços são oscilantes e sofre a influência de outros mercados, até internacionais (p. ex. a importação de pasta de coco da Índia prejudicou significativamente o mercado local)	Poucas agroindústrias e unidades de processamento para adquirir a produção. Dificuldades na obtenção do licenciamento ambiental e da outorga de uso da água. Condições edafoclimáticas da região muito favoráveis para a fruticultura	Realizar estudos que avaliem a viabilidade de instalação de entrepostos comerciais na região. Qualificar os agentes financeiros para que sejam capazes de atuar com a realidade da fruticultura na região. Fortalecer a atuação dos órgãos estaduais de extensão e pesquisa na região	Atração de agroindústrias e processadoras para se instalar na região. Desburocratização dos processos de licenciamento ambiental e da outorga de uso da água.	Fruticultura	Vale do Assú	Predominantemente interno, mas com cerca de 20% da produção destinada à exportação	A logística é o principal entrave, com elevados custos de transporte da produção. Dificuldades no atendimento das exigências para exportação	Disponibilidade de recursos hídricos e de energia. Explorar o mercado de frutas processadas. Organização dos produtores para o acompanhamento da ocorrência de pragas. Auxílio do MAPA para as exportações	Ampliar a organização dos produtores. Melhorar a infraestrutura de escoamento da produção







faern.com.br